


CAPÍTULO 8

O território: reorganizar internamente o país depois do modelo unipolar e do deslocamento territorial

JOSÉ REIS



Dar e receber
Devia ser a nossa forma de viver
Dar e receber
[...]
Trocar o espaço
Trocar a dança
Trocar o gesto que alarga uma aliança
(António Variações, *Dar e Receber*)

Introdução: território e vulnerabilidades

O território não tem beneficiado da atenção da economia política e das ciências sociais em geral. Salvo no caso das análises mais específicas, que constituíram um campo próprio e denso, ele aparece, quando muito, sob a forma de categoria descritiva, de mero suporte, não lhe sendo atribuída relevância própria.

Mesmo quando se procura compreender os modelos de regulação, a formação de determinadas arquiteturas institucionais e as suas consequências na organização coletiva, o território é, em geral, uma variável ausente.¹ Na política e nas políticas públicas, por sua vez, é mais um adereço circunstancial, geralmente sob designações equívocas, do que um conceito fundador e orientador.²

É certo que, mais recentemente, ao tornarem-se demasiado evidentes certas fissuras sociais, o território passou a despertar maior atenção. Isso aconteceu, designadamente, na análise dos comportamentos políticos e eleitorais e originou o que tem sido designado geografia do descontentamento (Guilluy, 2014; Rodríguez-Pose, 2018; McCann, 2019; Dijkstra *et al.*, 2019). Mas, ainda assim, não se pode dizer que isso tenha feito do território uma categoria capaz de definir os modos de organização coletiva e a sua transformação. Numa outra escala, a «globalização», um óbvio conceito territorial, tem também justificado, como se sabe, a atenção às suas dimensões territoriais (Rodrik, 2018). Mas, genericamente, o que se tem imposto é a lógica de um mundo de que se enfatizam as mobilidades, a circulação e a vertigem do encurtamento das distâncias. O que poderíamos chamar economia política da velocidade e da

¹ Procurei contribuir para colmatar esta falha desenvolvendo a problemática territorial nas propostas das teorias da regulação e do sistema mundial (Reis, 1992).

² Seria, no entanto, injusto não assinalar algumas exceções. Uma delas foi a política estrutural europeia e a sua aplicação em Portugal na segunda metade dos anos de 1980 e na década seguinte. O território foi objeto substantivo dessas políticas, que o interpretaram de forma razoável e que o qualificaram em vários domínios. O planeamento nacional adequou-se a esses princípios e objetivos e os resultados alcançados foram positivos. Mas basta lembrar o modo como o senso comum desinformado ou a sobranceria «racionalista» lidou com muitas expressões da aplicação destas políticas no território, dando-lhes significado anedótico, para ver como isso nunca foi plenamente interiorizado e valorizado.

aceleração conhece várias declinações.³ A distopia de um mundo plano, sem rugas nem diferenciações, tem sido persistente. O desejo de eliminar as fricções do espaço e do tempo e de simplificar a sociedade num único ponto parece, frequentemente, difícil de recalcar.

A este quadro, assim com às repercussões que tem tido na política, incluindo a política económica, e nas perceções dominantes, não pode, contudo, ser apontada apenas desatenção. Tem de ser associado ao contexto intelectual e político que ignorou as formas de organização infranacionais (ou até mesmo as nacionais) e os quadros relacionais de proximidade, favorecendo os desenraizamentos em nome da concorrência, da abertura e de uma falsa noção de cosmopolitismo. Como se as formas de organização territorial não fossem, elas próprias, e ao mesmo tempo, proximidade e capacidade relacional!

Ora, foi de tudo isto, dos recursos desvalorizados, que resultaram processos de geração de vulnerabilidades sociais, económicas e políticas muito fortes, com as quais se foi diminuindo a estruturação sustentável das sociedades e a sua capacidade para enfrentar riscos e resolver problemas. As vulnerabilidades territoriais são, com efeito, um lado importante das vulnerabilidades que se acumularam nas últimas décadas nos capitalismos centrais, periféricos ou semiperiféricos e, muito particularmente, em Portugal.

Acontece, no entanto, que o território se mantém refratário, insubmisso e acaba por revelar a sua presença, por boas ou más razões: é, por isso, legítimo falar de «obstinação territorial» (Pinto *et al.*, 2019). A literatura da especialidade, embora limitada aos seus cultores cultos, tem mostrado bem em que consiste a espessura do território e o seu papel nas economias e nas sociedades.⁴

³ Veja-se, sobre isto, o número 9 da revista *Electra*, sobre *Velocidade*.

⁴ Não vindo ao caso fazer aqui uma longa explanação bibliográfica, remeto, como exemplo e homenagem, para a literatura sobre os sistemas industriais marshallianos e os sistemas produtivos locais (Becattini, 2004) e, para simplificar, o que eu próprio recenseei noutras circunstâncias (Reis, 1992 e 2009).

Na verdade, há muito se sabe o que é elementar: as sociedades têm espaço e ele não é apenas polvilhado por pontos. O que aí encontramos são meios de vida, urbanidades e ruralidades, centros e periferias, hibridizações, sistemas produtivos, competências técnicas, recursos e capacidades, tudo isto inscrito em materialidades precisas e heterogêneas. Estas são as *densidades* do território e é aqui que se encontram as suas melhores qualidades, em diferentes escalas. Um território é, portanto, composto por espaços materiais humanamente construídos – as aglomerações populacionais e produtivas, os lugares e as relações de proximidade com que se estabelecem modos de organização coletiva dotados de características sociais próprias, incluindo as de relacionamento com outros meios – assim como por sistemas físicos e naturais, paisagens, infraestruturas de conectividade e, evidentemente, os atores e as instituições. Isto é, a representação institucional de cada uma das suas componentes relevantes, para além da representação política do conjunto. O uso que se faz ou não faz destas condições do território diferencia os modelos de organização em presença.

O que acabo de referir são, pois, os recursos do território. No centro de tudo estão pessoas, as pessoas que formam comunidades de dimensões e naturezas diferentes, do nacional ao local. Por isso mesmo, a coerência e a capacidade dinâmica de um território dependem da forma como tais recursos se apresentam e interagem no conjunto. Dentro do que constitui a morfologia de um território complexo, faz sentido nomear expressamente, como o primeiro dos seus elementos, as cidades e os sistemas urbanos que elas estruturam e as formas de vida material – isto é, o conjunto de atividades criadoras de valor e de emprego e geradoras de formas de acesso ao bem-estar. É esta a espinha dorsal do território. É aqui que estão os alicerces materiais da geração de bem-estar. E é tendo isto em vista que se deve pensar o estado do território e o estado do país. Nisto se distingue uma noção positiva de uma outra, vaga e imprecisa, que associa território ao que é pequeno, de baixa densidade ou, como se tornou corrente entre nós, ao «interior».

Assim sendo, um território não é apenas uma localização, um sítio georreferenciado. É um lugar que constitui em si mesmo uma forma de organização, um lugar de coordenação de processos coletivos, no limite uma instituição (Branch, 2017). A *proximidade*, em diferentes escalas, é, por isso, uma característica essencial de um território.⁵ A outra condição que o define é a lógica de *articulação interterritorial* em que esteja inserido. O que devemos procurar num território são práticas «sociotécnicas» relevantes (Painter, 2010). Por tal razão, uma visão territorial distingue-se de uma mera análise das localizações de pessoas, lugares ou recursos, perspectiva que podemos designar *puntiforme*. De facto, não é por se declarar que os recursos são localizados (*placed based*, como se tornou vulgar na linguagem europeia) que passa a existir uma relação entre processos de desenvolvimento e territórios. Os recursos têm, obviamente, uma localização, visto que não estão no ar. Mas é a sua inserção em materialidades concretas, precisas e organizadas que os qualifica e potencia. Para que se evite o erro de pensar que este exercício é impossível ou apenas seletivo, por poder haver territórios que não cumprem as condições suficientes para realizar tais propósitos, convém sublinhar que isso deve acontecer no quadro de articulações interterritoriais precisas, a definir cuidadosamente à partida.⁶

Quando o território não é reconhecido ou não se manifesta positivamente revela-se através de problemas. Podem ser, por exemplo, os da concentração excessiva e o das convulsões territoriais em situações de elevado peso demográfico. Mas podem também ser os do abandono e do desperdício. Em Portugal temos as

⁵ Dediquei-me a esta discussão conceptual no capítulo «Uma epistemologia do território» de *Ensaio de Economia Impura* (Reis, 2009: 227-243).

⁶ As sociedades não são planas nem territorialmente harmoniosas e correspondem-lhes sempre lógicas hierárquicas e de comando. O que interessa saber é como é que estas se constituem e qual é a que prevalece. Tomando por referência uma distinção já canónica, a questão consiste em perceber se essa lógica assenta num conjunto de instituições de natureza inclusiva ou se, pelo contrário, é apenas extrativa.

duas coisas: um modelo unipolar de concentração de pessoas, ativos e relações e uma fragilização de espaços onde existem recursos e competências que se tornam cada vez menos usadas (mostrei isto, a propósito da habitação e da capacidade produtiva em Reis, 2019). A crise pandémica veio aliás revelar com clareza este binómio.

Vulnerabilidades territoriais em Portugal: a formação de um modelo unipolar

Em Portugal, nas duas últimas décadas, houve uma convulsão territorial muito significativa. Já há muito que ela se tinha tornado clara. Mas, perante a pandemia, a situação tornou-se perturbadora. O que aconteceu foi original e, portanto, muito diferente do que se passou em períodos anteriores. Com esta intensidade e este significado, não encontramos equivalência na nossa contemporaneidade.⁷ Estivemos, além disso, perante um processo de criação de vulnerabilidades incontornáveis.

A hipótese de que parti para chegar a esta ideia foi a de que, entre nós, se gerou um modelo de organização territorial de natureza unipolar, metropolitano, centrado em Lisboa e apenas em Lisboa. Ele consiste na concentração lisboeta das atividades mais dinâmicas, mesmo que não sejam as mais robustas, mobilizando recursos e pessoas, com especial incidência nos jovens qualificados. O que é mais notório é o fornecimento de população àquele «centro» por parte do resto do país, convertido, todo ele, em «periferia» muito estreita.

Esta presença dominadora de dinâmicas de concentração unipolar metropolitana em Lisboa implicou a regressão de outros espaços relevantes e o deslaçamento de antigas relações territoriais internas. Fragilizaram-se os mecanismos de articulação entre territórios. Além disso, a região da capital ficou sem a companhia de

⁷ Uma observação dos anexos deste capítulo permite perceber isso, sobretudo quanto à população, onde também se inclui informação para 1981.

mecanismos compensatórios presentes em dinâmicas territoriais anteriores, que sempre dotaram o país de capacidades não desprezíveis.⁸ Esses mecanismos, entre os quais se contavam capacidades regionais de investimento e de criação de emprego e sistemas sociais locais dinâmicos, foram essenciais na transformação de problemas metropolitanos profundos em simples crises locais, em vez de crises generalizadas. Na redação inicial deste texto, antes da pandemia, assinalei que aqueles mecanismos podem já não existir quando uma nova crise estalar em Lisboa. Nesse caso, ela será inexoravelmente nacional. Mantenho essa ideia, não para reclamar autoridade, mas para mostrar que o que já então se passava no território estava disponível como bom indicador dos caminhos que não deviam ter sido seguidos, tanto no espaço polar quanto nos que estavam em perda.

Ao mesmo tempo, acentuou-se o peso da periferia da própria metrópole e a natureza precária e trabalho-intensiva de muitas daquelas atividades, porventura com forte segmentação face às que têm maior capacidade de realização de valor. No período em que a Área Metropolitana de Lisboa (AML) é a única região do país que cresce demograficamente, os concelhos que crescem ainda mais expressivamente, com valores inimagináveis, são os da sua periferia.

Uma das consequências da unipolaridade territorial é o deslocamento, com intensidades diferentes, dos territórios urbanos

⁸ Não me canso de repetir o que me parece ser uma observação incontornável. Na segunda metade da década de 1970 e na primeira de 1980, Portugal conheceu uma crise laboral muito intensa no eixo Lisboa-Setúbal: desemprego significativo, salários em atraso, greves, turbulência social. Porém, essa situação nunca alastrou para o resto do país com a mesma intensidade. Não se tornou numa crise nacional. O país registou, aliás, um dos seus ciclos de crescimento económico mais significativos, semelhante ao da primeira fase da integração europeia (Reis, 2018). Porquê? Porque outros territórios registavam um dinamismo importante, que contrabalançava aqueles problemas. O que se passou em Lisboa-Setúbal ficou, pois, como uma crise local. Hoje não será assim.

de escala não metropolitana e dos territórios de baixa densidade, onde é difícil imaginar a consolidação de dinâmicas importantes, dado o efeito destrutivo das perdas populacionais, a que se junta a fragilização do sistema produtivo e uma terciarização excessiva. A outra consequência desta reversão estrutural é a limitação de grande parte do território a lugar de acontecimentos difusos. Como mostro mais adiante, o território não desapareceu lá porque se desestruturou. Tornou-se foi menos capaz do que podia ser num quadro positivamente organizado. E trata-se de uma realidade sem interlocução política nem racionalização do ponto de vista do país. São, repete-se, realidades difusas. É, porventura, o lado insubmisso do território. Ou talvez, mais friamente, a sua fratura, restando saber se é também o seu lado resistente. São estas duas características – *unipolaridade* e *comportamentos difusos* – que mais marcam hoje o território continental. É isso que é necessário analisar, juntamente com o deslaçamento que representa.

A sociedade portuguesa aparece, assim, fragilizada do ponto de vista demográfico e a concentrar-se do ponto de vista espacial. A incompreensão sobre o que significa o território é grande e descura-se que políticas territoriais são as que assentam nos melhores recursos do território. A confusão entre território e «interior» (uma categoria não definida com rigor) é apenas uma consequência menor de tudo isto. Neste contexto, a articulação territorial do país, antes assente na presença de várias capacidades regionais diferenciadas, mas, salvo exceções, globalmente convergentes, vê-se substituída por uma dinâmica absorvente ditada a partir de um centro. A demografia e o emprego são as primeiras variáveis que ajudam a analisar este estado de coisas. Este é um problema essencial. E, por isso, talvez fosse boa ideia considerar-se que dar atenção ao território é ter uma noção capaz acerca do desenvolvimento das cidades e dos sistemas que elas formam, reparar nos lugares onde se cria emprego e compreender que é dessa materialidade que é importante partir, em vez de lhe sobrepor condicionalidades. E notar, também, que desperdiçar o território é um desproveito e terá certamente um elevado custo futuro.

Defendo, pois, que Portugal desperdiçou o seu território através de lógicas imprudentes, predadoras e desqualificadas de concentração metropolitana, e que isso representa simultaneamente um descuido para com capacidades territoriais relevantes e uma fragilização geradora de elevados custos futuros em muitos espaços do país e no conjunto nacional.

Portugal: a construção de um modelo territorial *unipolar* original e perturbador

Os números da fratura demográfica e da fragilização do sistema urbano nacional

Na análise que apresento a seguir vou interessar-me particularmente pelo que tem estado a acontecer nos últimos anos, desde 2011, quanto à evolução da população residente e à sua distribuição no território do Continente. Entendo que este é o melhor espelho do conjunto de vulnerabilidades que se foram acumulando no país ao longo deste século sob uma forma de economia política muito precisa – a economia política da financeirização do país, na sequência da sua inserção na arquitetura institucional da União Económica e Monetária – e, sobretudo, da aceleração que a austeridade introduziu nos seus mecanismos empobrecedores (Reis, 2018). Não condiz com os objetivos deste texto esmiuçar estas questões. Apenas as relembro porque esta é a minha chave de leitura mais geral, a que abre caminho para a análise territorial em que vou entrar.

Começo por mobilizar a informação demográfica. Sugiro que se leiam os gráficos seguintes olhando para as colunas a negro (correspondendo ao período 2011–2019) e se faça a comparação com as que com elas emparelham, a cinzento, servindo isso para notar aprofundamentos de situações negativas ou reversões de tendências anteriores, provisoriamente positivas (2001–2011). Notar-se-á que, generalizadamente, as evoluções da variável demográfica nos dois momentos mostram uma enorme regressão de grande parte do território. O inverso

disso é pontual e tem uma localização muito precisa. Os gráficos que vou usar são suficientemente claros para justificarem que, a fim de não sobrecarregar o texto, não faça aqui uma leitura mais minuciosa do que esta que apresento.⁹ Convido os leitores a apreciarem os padrões territoriais da distribuição destas evoluções.

Entre 2011, data do último censo, e 2019, ano a que se refere a mais recente estimativa do INE,¹⁰ a população residente em Portugal (e no Continente) decresceu 2,3%. A NUT II do Alentejo quase triplicou esta tendência negativa (-6,6%), a do Centro quase a duplicou (-4,3%), a do Norte ultrapassou-a (-3,0%) e a do Algarve também foi negativa, mas menos do que a do país (-1,7%). A Área Metropolitana de Lisboa (AML) foi a única NUT II que cresceu (1,3%).¹¹ Não se pode deixar de sublinhar, além disto, que o Algarve não conservou o forte acréscimo intercensitário e que as restantes regiões acentuaram a perda iniciada no começo do século.

Neste período mais recente, o comportamento demográfico das 23 NUT III do Continente é igualmente claro: todas elas regrediram, exceto a AML.¹² A polarização é, naturalmente,

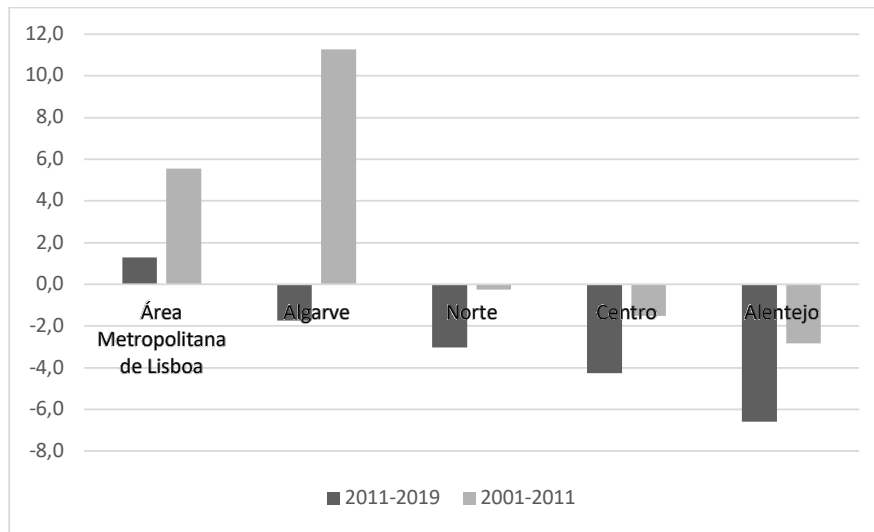
⁹ Desenhei os gráficos por ordem decrescente quando começam em valores positivos e por ordem crescente quando se iniciam em valores negativos, nas evoluções entre 2011 e a última observação.

¹⁰ Noto que estou, como não podia deixar de ser, a usar as últimas estimativas do INE sobre a população. Só os valores do censo da população de 2021 confirmarão estes dados. Mas admito que aquelas estimativas registam o essencial da tendência.

¹¹ Este quadro é significativamente diferente do que existiu nas décadas de 1980 e 1990, entre 1981 e 2001. Num contexto demográfico nacional ainda positivo, só o Alentejo estava em situação regressiva. O Norte e o Centro, cuja evolução foi positiva, revelavam a presença de sub-regiões particularmente dinâmicas, sendo possível admitir que estávamos perante capacidades regionais para estabelecer a estrutura e o bom desempenho dos respetivos territórios, salvaguardando-lhes a coerência. Ao contrário, no período mais recente esse enraizamento regional perdeu-se, perante a força unipolarizadora original, centrada em Lisboa.

¹² Como se sabe a AML é simultaneamente uma NUT II e uma NUT III. O mesmo acontece, no Continente, com o Algarve. Por isso entram

Gráfico 1 – Variação percentual da população residente por NUT II (2011-2019 e 2001-2011)



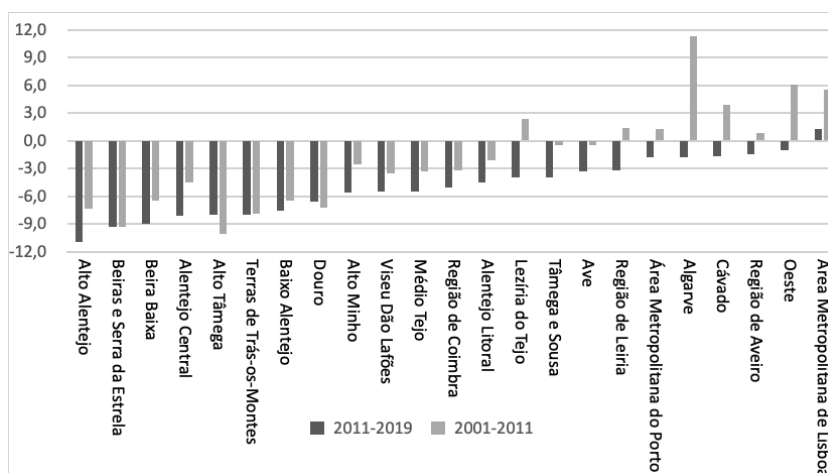
Fonte: INE, Censos de 2001 e 2011 e Estimativas da População.

maior, situando-se entre -10,9% no Alto Alentejo e o valor lisboeta. Mesmo na Área Metropolitana do Porto (AMP) a evolução foi negativa, em torno dos -1,7%. Outras NUT III onde se poderia pressupor uma presença urbana mais relevante e, por isso, um desempenho positivo, retrocederam de forma também muito significativa, embora três delas menos intensamente que o país: Alentejo Central, onde está Évora, (-8,1%), Viseu Dão Lafões (-5,5%), Região de Coimbra (-5,0%) Região de Leiria (-3,1) Algarve (-1,7%), Cávado, onde se situa Braga, (-1,6%), Região de Aveiro (-1,5%). No Alto Minho (onde a cidade mais relevante é Viana do Castelo), no Ave (Guimarães e Vila Nova de Famalicão), no Médio Tejo (Abrantes e Tomar) ou na Lezíria do Tejo (Santarém) as regressões deste período foram significativas. Isto amplia o que se passa noutros territórios onde se situam cidades que também têm relevo no sistema urbano nacional, como Bragança, Vila Real, Chaves, Lamego, Guarda, Covilhã, Castelo

nas comparações que se façam dentro dos dois conjuntos de unidades territoriais.

Branco, Portalegre, Évora ou Beja, cujas situações depressivas são ainda mais intensas. Como já se disse, esta evolução é, na maioria dos casos, a confirmação do que já se vinha passando, negativamente, na década inicial do século. Noutros casos, constitui uma inversão: Lezíria do Tejo, Região de Leiria, AMP, Cávado, Região de Aveiro e, como se viu, Algarve, não asseguram neste período recente as vantagens que ainda exibiam na década anterior. Crescimento demográfico contínuo só o encontramos na AML.

Gráfico 2 – Variação percentual da população residente por NUT III (2011-2019 e 2001-2011)



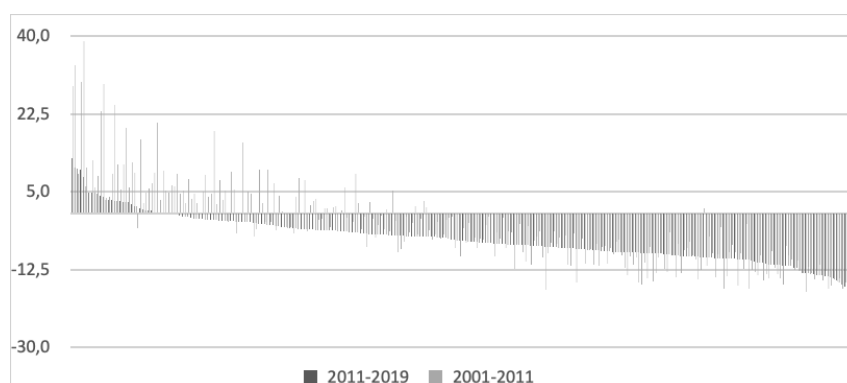
Fonte: INE, Censos de 2001 e 2011 e Estimativas da População.

No plano municipal, esta análise do período 2011-2019 ganha uma enorme amplitude, entre Alcoutim (-23,3%) e Arruda dos Vinhos (12,5%). Se somarmos as evoluções dos dois subperíodos, apurando a variação entre 2001 e 2019, encontramos valores de 50% (Mafra), acima de 40% (Alcochete, Arruda dos Vinhos, e Montijo) e acima de 30% (Sesimbra).

No período mais recente, em 209 dos 278 municípios do Continente a perda demográfica é superior à média nacional. E em 168 ela é mais do dobro da do país. Só em 35 concelhos há uma variação percentual positiva. Em cinco dos já referidos ela é superior a 10%, tratando-se de concelhos da AML e da sua periferia

imediate. De forma extensiva,¹³ o gráfico seguinte mostra uma tendência importante: os 251 municípios com perdas demográficas no período 2011-2019 confirmam, na larga maioria dos casos, um declínio que já vinha da década anterior, para lá dos casos em que as perdas significam uma inversão de comportamentos anteriormente ainda positivos. Quer dizer, estamos perante um agravamento claro da regressão demográfica em extensas partes do território.

*Gráfico 3 – Variação percentual da população residente por município (2011-2019 e 2001-2011)**



* Como se compreende pelo seu desenho, este gráfico pretende deixar apenas uma visão impressionista.

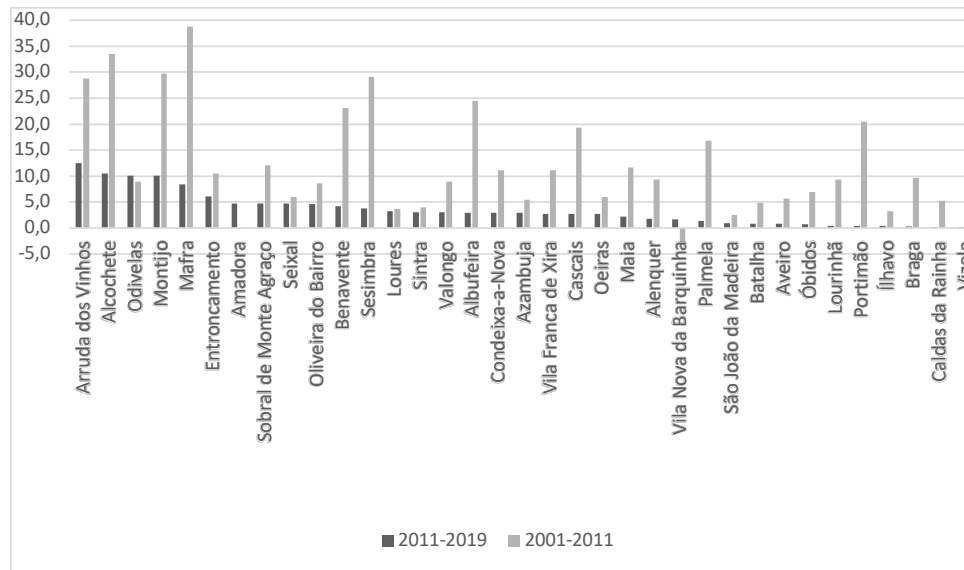
Fonte: INE, Censos de 2001 e 2011 e Estimativas da População.

Inversamente, os municípios que entre 2011 e 2019 beneficiam de crescimento demográfico, maior ou menor, confirmam, em regra, as vantagens muito significativas obtidas no início do século, mesmo que alguns as tenham esgotado. O gráfico 4, que mostra isso mesmo, deixa-nos também ver como se compõe este conjunto: áreas metropolitanas e suas proximidades, poucas cidades médias e casos pontuais.

A polarização demográfica está pois instalada, acelerou-se recentemente e contrapõe uma extensa e diversificada área do

¹³ A informação precisa sobre cada município está nos quadros em anexo.

Gráfico 4 – Variação percentual da população residente por municípios com acréscimo demográfico (2011-2019 e 2001-2011)



Fonte: INE, Censos de 2001 e 2011 e Estimativas da População.

país, em perda, a uma pequena zona, em ganho. O padrão territorial aqui presente é muito claro. Por todas estas razões, Portugal é um país que se está a tornar, no seu conjunto, demasiado enfraquecido.

Dois argumentos para lá dos números: a fragilização do sistema urbano e uma metrópole vulnerável e assimétrica

Os números anteriores são impressionantes e esclarecedores, mas é útil fixar argumentos substantivos. Selecciono dois. O primeiro, e aquele a que atribuo maior importância, é que estes dados significam a demonstração da fragilização urbana do país fora da AML e o enfraquecimento dos espaços das cidades médias. O segundo é sobre a natureza do modelo metropolitano de Lisboa, que se tornou ele próprio vulnerável e mais assimétrico. Vejamos cada um deles.

A fragilização da ossatura urbana do país: o declínio das cidades médias

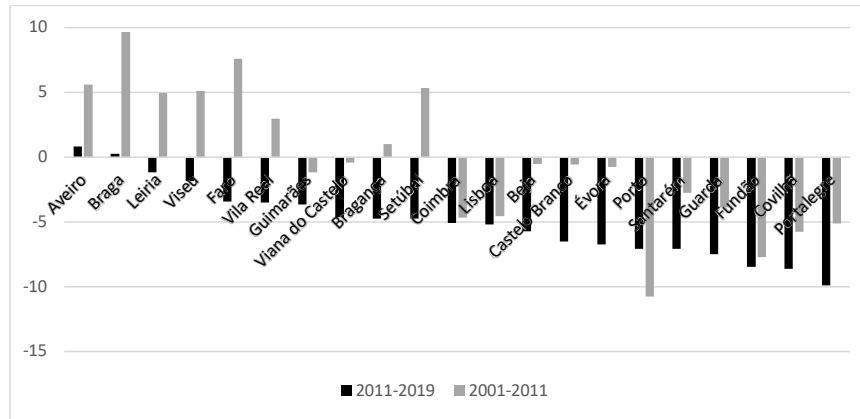
Convoquemos a memória e as nossas noções impressivas acerca do território continental. Creio que se pode dizer que todas as representações pessoais, mais complexas ou mais simplificadas, da realidade urbana não metropolitana de Portugal, se deparam com o facto de que, se a observarmos, veremos que ela está em processo de enfraquecimento.

Por facilidade, vou admitir que a rede urbana de cidades médias é representável pelas cidades que encabeçam os antigos distritos e acrescento-lhe as outras duas onde há universidades. Este exercício podia até ser prolongado com outras representações: incluindo, por exemplo, cidades onde há ensino superior politécnico, cidades que tradicionalmente exerciam funções intermédias na rede urbana¹⁴ ou até casos que têm sido reconhecidos como de ativismo urbano e económico no sentido de serem polos de atração económica e demográfica.¹⁵ O panorama, no entanto, não se alteraria. Ele é o que os gráficos seguintes ilustram, considerando os respectivos municípios: a ossatura urbana no território não contraria a tendência geral para a regressão demográfica fora da AML. Esta não é, com efeito, uma característica dos pequenos meios, de um indefinido «interior» ou do Alentejo. São os espaços das próprias cidades mais estruturadas que perdem população e se fragilizam. O que estes dados mostram é que, em geral, a dimensão urbana e as aglomerações não constituíram, como se poderia esperar, um fator de estabilização do território numa situação de dificuldades demográficas. Pelo contrário, é a própria rede de cidades que está sob grande vulnerabilidade. E isso tornou-se numa vulnerabilidade do próprio país no seu conjunto.

¹⁴ Por exemplo, cidades como Chaves, Lamego, Figueira da Foz, Tomar, Abrantes, Elvas ou Estremoz.

¹⁵ Por exemplo, o Fundão, a que imprensa tem dedicado atenção.

Gráfico 5 – Variação percentual da população residente por municípios das capitais de distrito e de cidades universitárias (2011-2019 e 2001-2011)



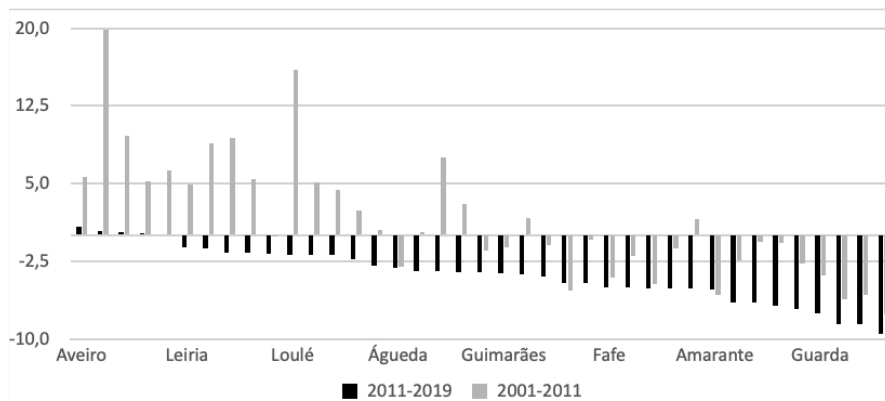
Fonte: INE, Censos de 2001 e 2011 e Estimativas da População.

Exploremos um pouco mais esta perspetiva. Para se ter uma noção segura sobre o que valem ou não valem as nossas densidades urbanas, consideremos, para além do anterior critério administrativo, os 39 municípios não metropolitanos que em 2001 tinham mais de 50 mil habitantes.¹⁶ Como se vê no gráfico 6, também não encontramos aqui dinamismos demográficos comparáveis com os que vamos observar nas áreas metropolitanas. Isso era possível encontrar, como o gráfico também ilustra, na década inicial do século. Mas, notoriamente, esgotou-se e desfez-se, salvo casos pontuais. O retrocesso verificou-se também onde há dimensão urbana significativa, qualquer que seja o critério.

Tomando ainda como objetivo procurar no território situações e condições urbanas que possam ser associadas a efeitos de polarização demográfica significativos, mesmo que não comparáveis aos da AML, analisemos agora os casos de Braga (e da NUT III do Cávado) e de Coimbra (e da NUT III da Região de Coimbra).

¹⁶ Tenho, obviamente, a noção de quanto este indicador é imperfeito. Inclui municípios de superfícies diferentes, não atende a contiguidades relevantes e representa mais do que as próprias cidades ou áreas urbanas. Mas parece-me claro que ele aponta sem grandes erros para a presença urbana no território e para densidades populacionais significativas.

Gráfico 6 – Variação percentual da população residente por municípios com mais de 50 mil habitantes (2011-2019 e 2001-2011)

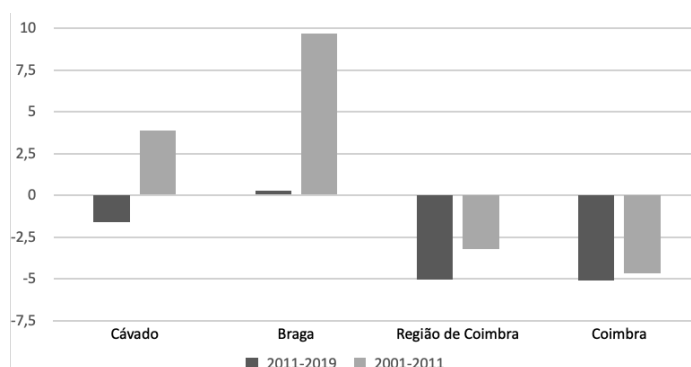


Fonte: INE, Censos de 2001 e 2011 e Estimativas da População.

Estas seriam, porventura, as duas possibilidades mais fortes de se contrariar o modelo unipolar a que já me referi, considerando os recursos urbanos. São dois casos que têm em comum a presença de dimensão e de estruturação urbana significativas, com funções de nível superior: as duas cidades não metropolitanas do Continente com mais de 100 mil habitantes. Num caso, ela é relativamente tributária da AMP, no outro, organiza autonomamente um território de mais de 400 mil pessoas. No primeiro, o dinamismo demográfico da década inicial do século era muito forte, mas esgotou-se no período seguinte. No segundo não existia nos dois momentos e a regressão acentuou-se no segundo.

As circunstâncias de Coimbra são, no entanto, as mais esclarecedoras e as que deviam gerar uma enorme perplexidade sobre os caminhos da organização territorial de Portugal. Coimbra é a única cidade do Continente com mais de 100 mil habitantes fora das áreas metropolitanas ou da sua proximidade imediata. Seria razoável pensar-se que, pela sua estrutura material e institucional, e inclusive pela sua própria localização, aqui se situassem dinâmicas que refletissem um contributo relevante para a capacidade do país, mais do que para ela própria. Seria mesmo de esperar que houvesse uma conceção política do território, traduzida em ações concretas, consistentes e explícitas, em que este dado fosse

Gráfico 7 – *Variação percentual da população residente em Braga e Coimbra e nas respetivas NUT III (2011-2019 e 2001-2011)*

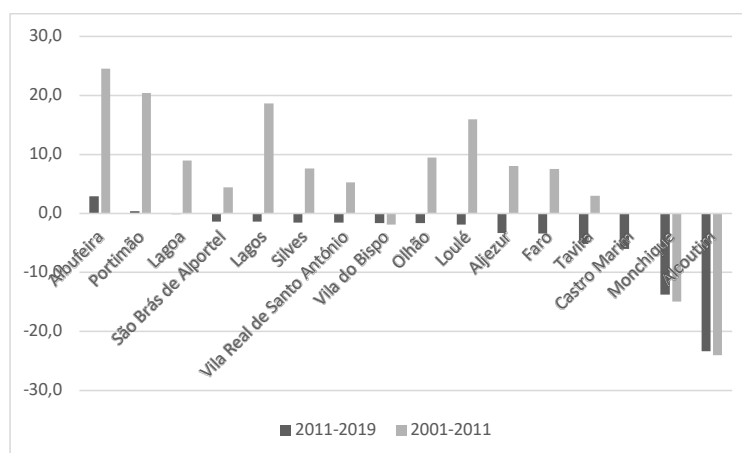


Fonte: INE, Censos de 2001 e 2011 e Estimativas da População.

relevante. Mas o quadro é em tudo diferente. Não só isso não acontece, como aqui (no município e na NUT III) se localiza uma das mais intensas regressões demográficas do país, tanto ao longo deste século como mais recentemente.

Do argumento que aqui estou a expor deve fazer ainda parte o que se passa com a AMP, que não pode deixar de ser sublinhado, e o caso do Algarve. Ambas decrescem 1,7% entre 2011 e 2019. O Algarve partilha, em quase todos os seus municípios, do decréscimo populacional deste período. Mas trata-se, como já se

Gráfico 8 – *Variação percentual da população residente por municípios do Algarve (2011-2019 e 2001-2011)*



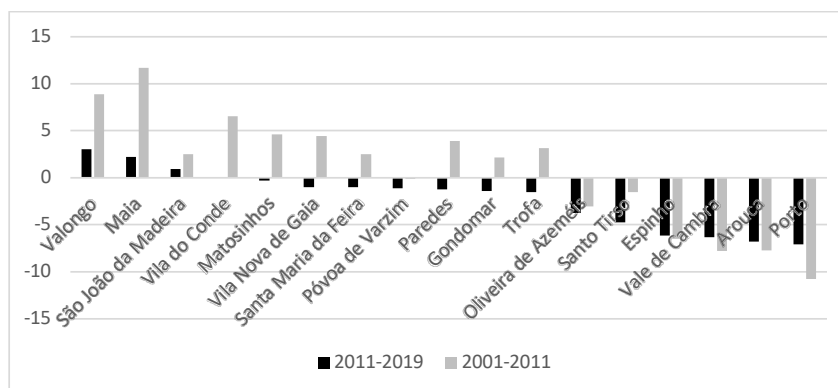
Fonte: INE, Censos de 2001 e 2011 e Estimativas da População.

viu, de uma inversão do que ocorrera na década anterior, em que foi um caso significativo de crescimento demográfico, só pontuado por exceções dos concelhos mais periféricos. Serve, pois, para demonstrar que nem a «réplica» algarvia do que se passava na AML teve continuidade.

A AMP, cuja evolução pode ser vista no gráfico 9, é em tudo contrastante com o que já observámos e vamos ver com mais detalhe na AML. Para além da regressão recente, que a distingue da área da capital e mostra que a «solidez» metropolitana do país é, realmente, apenas unipolar, o contraste mais flagrante é dado pelo facto de apenas três dos seus municípios registarem acréscimos. Neste contexto, não faz sequer sentido procurar encontrar um padrão de crescimento periférico porque ele não existe. Ou, se existisse, seria de decréscimo. Na verdade, já não pode sequer falar-se, como foi uso no país, de uma bipolarização metropolitana.

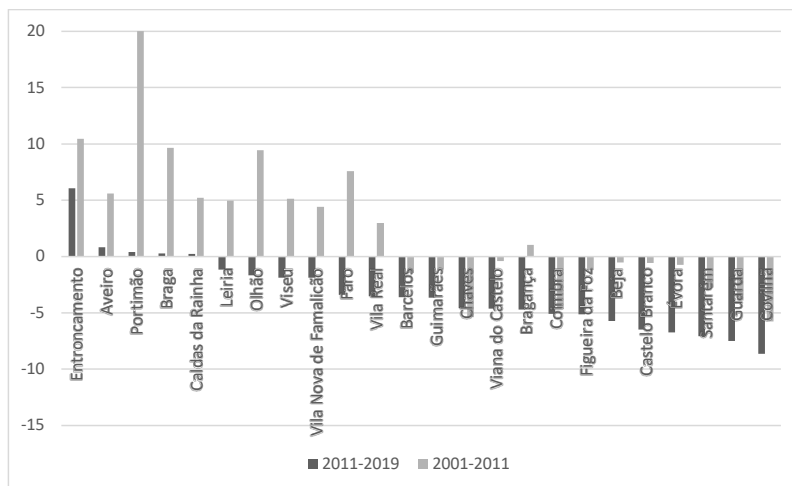
Esta análise da estrutura urbana do país pode ainda fazer-se a partir do que o INE designa «cidades estatísticas» e sobre as quais fornece informação, depois de ter procedido à sua «delimitação». Acontece, no entanto, que só há dados demográficos para um único ano, 2011. Por essa razão, a apreciação das tendências só pode ser feita pelo mesmo método que tenho estado aqui a usar, que é o de considerar a população dos seus concelhos. Para a análise que vou fazer, seleciono, de entre as 146 do Continente, as

Gráfico 9 – Variação percentual da população residente por municípios da Área Metropolitana do Porto (2011-2019 e 2001-2011)



Fonte: INE, Censos de 2001 e 2011 e Estimativas da População.

Gráfico 10 – Variação percentual da população residente por municípios com «cidades estatísticas» de mais de 20 mil habitantes, fora das áreas metropolitanas (2011-2019 e 2001-2011)



Fonte: INE, Censos de 2001 e 2011 e Estimativas da População.

24 cidades que são exteriores às duas áreas metropolitanas e têm mais de 20 mil habitantes.¹⁷ Este conjunto retém o que é essencial no sistema urbano não metropolitano. Mas nem sequer inclui algumas cidades cuja urbanidade podíamos pressupor, mas que, afinal, não revelam dimensão significativa.

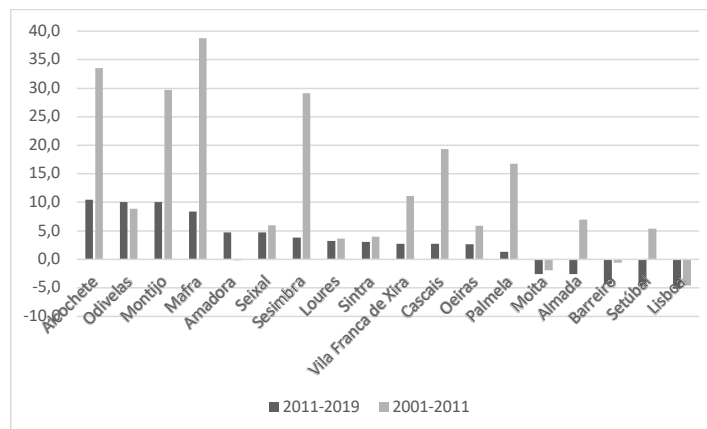
Vale a pena recordar, a propósito de tudo isto, o que o INE diz sobre as cidades: «As cidades constituem espaços privilegiados de concentração de recursos – população, atividades económicas e riqueza – sendo entendidas como territórios centrais de intervenção para a promoção do crescimento económico e da competitividade» (INE, 2014). Ora, o que fica demonstrado por todas as considerações anteriores é que estas «entidades» não registam comportamentos positivos na evolução recente do país, sendo, pelo contrário, um exemplo flagrante do nosso deslocação territorial e, nessa medida, do já referido desperdício e desaproveitamento.

¹⁷ Das 146 cidades de Portugal Continental, 49 tinham em 2011 menos de 10 mil habitantes, 92 tinham menos de 20 mil e algumas não são centros que estruturam significativamente um espaço, pois estão em contínuos metropolitanos.

Uma área metropolitana frágil, vulnerável e assimétrica: uma periferia a inchar

O desenvolvimento e consolidação de uma área metropolitana não é, em si mesmo, um problema. Podia ser uma enorme vantagem se constituísse um processo de qualificação do seu território próprio e se assentasse em mecanismos robustos de articulação com os outros territórios e, portanto, com o país no seu conjunto. Ora, o grande efeito territorial do modelo da AML é o crescimento da sua periferia, como vamos ver, e o esgotamento do resto do país, como já se demonstrou em cima.

Gráfico 11 – *Variação percentual da população residente por municípios da Área Metropolitana de Lisboa (2011-2019 e 2001-2011)*



Fonte: INE, Censos de 2001 e 2011 e Estimativas da População.

São impressionantes os crescimentos de Mafra, Alcochete e Montijo (se calcularmos as variações desde 2001, elas ultrapassam, em cada concelho, 40%). Mas, para além de valores desta natureza, o panorama geral é totalmente distinto – no que não deixa de ser redobradamente significativo, sobretudo pelo facto de se saber que estamos a falar de uma área contínua – de quaisquer outras zonas do país.¹⁸

¹⁸ Como é compreensível, esta dinâmica periférica não se confina nos limites administrativos da AML e entre as taxas de crescimento mais

Há um dado no gráfico anterior que merece ser sublinhado: a afluência de população à AML ocorre com grande intensidade entre 2001 e 2011 e é sobre essa disponibilidade demográfica que vai assentar a continuação da tendência de concentração do período seguinte. Há aqui um contraste com o que se analisou anteriormente e que nos deixou perceber que, fora da AML, é no período recente (2011-2019) que as dinâmicas (regressivas) se tornam mais intensas. Ao contrário, no território lisboeta a dinâmica de concentração forma-se antes e continua a consolidar-se depois, apesar de a menor ritmo, enquanto o resto do país se esgota.

O problema da concentração demográfica é, realmente, duplo: ele é unipolar, faz-se por exaustão do resto do território e, dentro do único polo, é periférico. O resultado é, por isso, claro: a consagração de um modelo territorial de concentração unipolar, com forte assimetria interna. Há características do tipo de organização económica do país e da AML que não podem deixar de ser associadas a este quadro: forte dependência de uma grande oferta de força de trabalho, uso extensivo, baixos salários, precariedade e especialização num terciário com baixa criação de valor, incluindo a sobre-especialização no turismo. A minha segunda ideia sobre a criação de vulnerabilidades territoriais consiste exatamente nisto: o crescimento unipolar da AML corresponde a um modelo de crescimento precário e assimétrico e à concentração de população em meios periféricos da metrópole, com os custos sociais inerentes, um dos quais é a mobilidade pendular intensa.¹⁹

elevadas (superiores a 15%) vamos encontrar municípios contíguos ou próximos: Arruda dos Vinhos, Benavente, Sobral de Monte Agraço.

¹⁹ Veja-se, neste mesmo livro, o capítulo de Ana Drago.

O desperdício do território: os sinais de resistência que merecem atenção

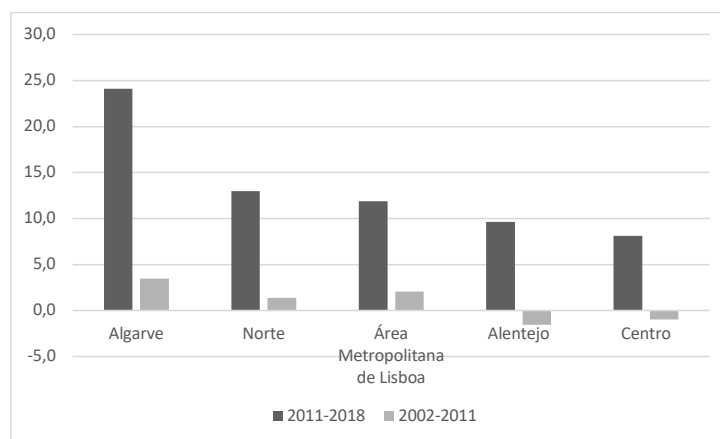
As pesadas variáveis demográficas que acabámos de ver, nos dois planos de análise, o da AML e o do sistema urbano nacional, representam uma *vulnerabilidade de primeira ordem*. É a mais significativa de todas e a que age pesadamente sobre o território. A origem desta tendência parece-me clara e já a classifiquei – é a *unipolaridade* da organização do país que a determina.

A hipótese, implícita em muitas visões sobre o país, de que é o território que, em si mesmo, é frágil ou repulsivo, parece-me pouco robusta e não é sequer razoável. Não seria de esperar que assim fosse, pois as cinco décadas da nossa democracia constituíram um momento único, exemplar, de estruturação das condições internas da economia e da sociedade. O Estado assumiu *espessura* territorial através de redes de serviços públicos em que se cuidou das condições de acesso da população à saúde e à educação, incluindo o ensino superior. O sistema urbano foi notoriamente qualificado, e não apenas se consolidou uma rede de cidades médias dotadas de amenidades relevantes como as próprias urbanidades intersticiais ganharam expressão. O sistema produtivo, incluindo o industrial, revelou a presença de sistemas locais e regionais expressivos e com dinâmicas assinaláveis.

Para além desta descrição impressionante, é possível demonstrar que, ao mesmo tempo que ocorre a fragilização demográfica da larga maioria dos municípios, muitos deles mantêm capacidades que são, na verdade, contratendências ou formas de resistência relativamente ao definhamento populacional que os atinge. Revelam a persistência de uma base económica ainda com capacidades. Nisto consiste uma *vulnerabilidade de segunda ordem*, subsequente à primeira, a que já chamei «desperdício do território» (Reis, 2019). Quer isto dizer que se fragiliza um território que demonstra uma capacidade de estruturação que vai, ela própria, ser posta em causa pela insuficiência demográfica e, no limite, pela desatenção do país.

Esta discussão pode ser alimentada por uma análise da evolução espacial do emprego. E vai poder demonstrar-se que o que se passa no domínio demográfico não tem ainda decalque direto no plano económico e, muito especialmente, no emprego. Quer isto dizer que há dinâmicas centrípetas, de concentração da população num ponto e que a retiram de meios que, melhor estruturados, têm capacidade para a reter e se desenvolverem. Acontece, contudo, que estes meios não são nem sujeitos nem objetos de políticas públicas que os valorizem. Não beneficiam de expectativas nem de um reconhecimento de potencialidades que, mesmo erradamente, se associam ao único meio que revela afluência.

Gráfico 12 – Variação percentual do pessoal ao serviço em empresas por NUT II (2011-2018 e 2002-2011)



Fonte: Quadros de Pessoal.²⁰

A melhor demonstração do que acabo de dizer faz-se pela análise dos dados do pessoal ao serviço em empresas registados nos Quadros de Pessoal que as entidades patronais entregam ao ministério que tutela as relações laborais. Trata-se, pois, de emprego formal em empresas, não incluindo,

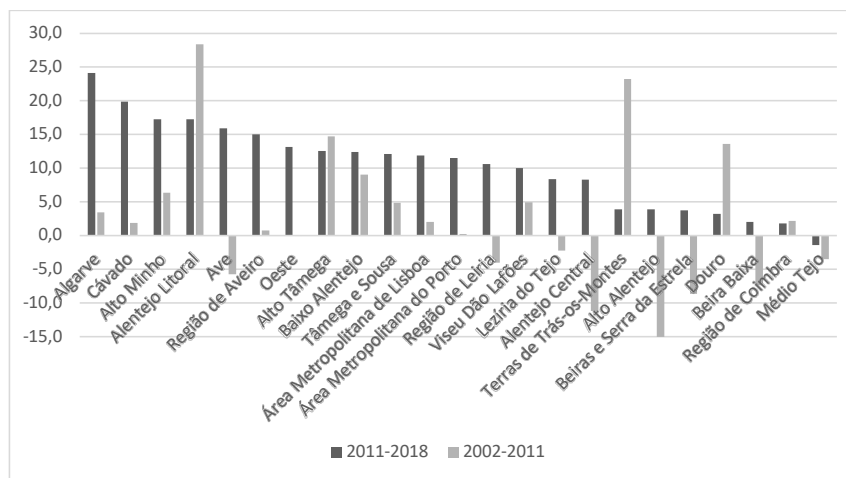
²⁰ A origem é o gabinete de planeamento do ministério com a pasta Trabalho, com as suas várias designações, o que inclui o Ministério da Economia entre 2010 e 2012.

portanto, a administração pública nem o emprego fora desse contexto empresarial. Acontece que, entre 2011 e 2018, o volume deste emprego cresceu significativamente no Continente (13,6%, quando, recorde-se, a população residente diminuiu) e replicou esta tendência através de um padrão territorial substantivamente diferente do demográfico, quer a análise se faça por NUT II e III, quer se faça por municípios.

Observando as NUT II (gráfico 12), torna-se claro que no período mais recente a expansão deste tipo de emprego foi muito relevante, contrastando com a demografia. Mais do que isso, este período melhora os indicadores do início do século. Nos casos mais positivos, conjugam-se dois tipos de realidades económicas e regionais muito diferentes, a do Algarve e a do Norte, o que aponta para a natureza variada das dinâmicas em presença. Por NUT III (gráfico 13), salvo uma exceção, esta variável aumenta em todas: em algumas com enorme expressão e, em muitas delas, com um reforço do que já se verificava no período anterior, enquanto noutras se reverte uma tendência negativa.

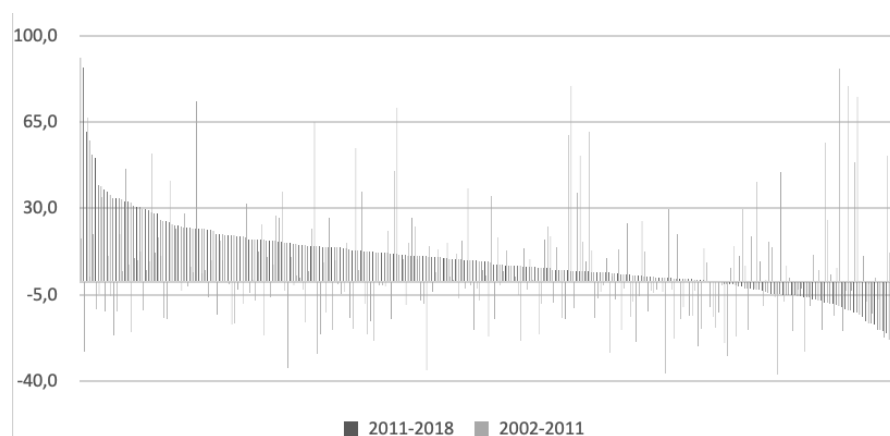
Observando, de novo apenas de forma impressionante, o que acontece a nível municipal, no que o gráfico 14 representa a primeira coisa a sublinhar é o nítido contraste com o gráfico 3, sobre

Gráfico 13 – Variação percentual do pessoal ao serviço em empresas por NUT III (2011-2018 e 2002-2011)



Fonte: Quadros de Pessoal.

Gráfico 14 – *Variação percentual do pessoal ao serviço em empresas por municípios (2011-2018 e 2002-2011)*



Fonte: Quadros de Pessoal.

a evolução demográfica: um largo conjunto de municípios (216)²¹ regista, no período 2011-2018, uma variação positiva do emprego em empresas. Em 91 esse acréscimo é superior à média nacional, em 46 o acréscimo é 1,5 vezes mais do que a média, isto é, este emprego cresce acima de 20,4%.²² Inversamente, só em 61 municípios há evoluções negativas.²³

²¹ Num universo deste tamanho há, naturalmente, muitas situações: municípios grandes e pequenos, metropolitanos, urbanos e de escassa urbanização, mostrando-se assim a natureza difusa desta evolução positiva. Trata-se, no entanto, de um padrão de difusão do emprego no território.

²² Bem se sabe que a escala municipal pode comportar limitações, designadamente as que resultam de casos singulares, de contiguidades, de mobilidades pendulares em quadros de proximidade ou as que resultem de deslocalizações de empresas ainda em contextos de vizinhança. Isso obriga a que a análise deva ser muito prudente. Contudo, o número elevado de casos em que isto ocorre relativiza muitas destas limitações.

²³ Salvo dois casos significativos e distintos (Amadora e Coimbra), são quase todos pequenos municípios com menos de 10 mil trabalhadores (em muitos casos, menos de mil).

É nesta escala municipal, e quanto a estas evoluções, que a heterogeneidade do território mais se manifesta. Começa por ser notório o dualismo: um largo conjunto de municípios com dinamismos positivos relevantes, outro conjunto também relevante de situações de perda. A análise e, sobretudo, a explicação de cada conjunto de casos é, evidentemente, complexa, dada a sua diversidade. Mas há um dado incontornável: estamos perante tendências radicalmente diferentes das demográficas e elas têm expressões significativas em muitas manchas do território, sejam elas resultados de movimento difusos, sejam situação contíguas e mais estruturadas.

O que significa, substantivamente, esta tendência? O que significa haver em 2018 mais 380 mil postos de trabalho do que em 2011 nos Quadros de Pessoal enviados pelas empresas ao Ministério do Trabalho? O que significa haver quase mais 130 mil no Norte, quase mais 50 mil no Centro, quase mais 16 mil no Alentejo e quase mais 30 mil no Algarve se foram todas elas NUT II com perda populacional (significativa em três casos, menor noutro)? Maior afinamento estatístico? Não parece, dada a natureza administrativa obrigatória desta informação. Formalização de trabalho antes informal ou não exercido num quadro empresarial? Também não parece, dado o volume.

Que se trata de criação de emprego não deve haver dúvida. Mas porquê em contraste com as dinâmicas demográficas? É claro que esta questão é intrigante e não há uma elaboração fácil. Não creio que valha a pena ignorar ou desvalorizar os números. Também não é correto apontar qualquer explicação fácil, sem boa demonstração. Ficamos, pois, com um problema em aberto. Parece-me, no entanto, que a resposta tem de passar por explicações como estas: situações difusas de dinamismo económico territorial que não podem ser ignoradas, apesar do contexto demográfico negativo; uso do território e da sua oferta de recursos por parte de empresas que escolhem localizações sobre as quais exercem efeitos de emprego positivos; impactos locais de medidas de apoio que, em contexto de

crise, tornam mais razoável permanecer do que sair.²⁴ Não é, como sabemos, porque as políticas públicas tenham eleito os sistemas territoriais concretos em que isto ocorre como sujeitos e objeto das suas deliberações e de ações articuladas, integradas, de desenvolvimento local e territorial. Já sabemos que isso não faz parte da agenda nacional, em que apenas se observa um impreciso apelo em favor do «interior». Ora, os casos relevantes que observamos (por exemplo, aqueles 91 municípios em que o acréscimo percentual é superior à média nacional) incluem pequenos concelhos periféricos (sejam no interior ou no litoral), com urbanidade elevada fora das áreas metropolitanas e, portanto, parte do nosso sistema urbano, contiguidades de cidades médias e, evidentemente, concelhos das duas áreas metropolitanas.

Há uma alternativa: uma política de estruturação dos territórios e valorização das suas capacidades

O quadro descrito anteriormente quanto à população residente é insustentável e empobrece o país. O que vimos quanto ao emprego, desperdiça-o. Mas há alternativas. O ponto de partida para a construção de uma alternativa tem de ser claro. A primeira ideia é que Portugal pode e deve estruturar-se territorialmente através dos espaços essenciais da sua matriz urbana.²⁵ Essa matriz é, simultaneamente, hierárquica (tem nós essenciais), complementar (todos os territórios relevantes devem ser espaços estruturados e articulados

²⁴ É útil tomar em conta que em 2013 o indicador que estou a usar atingiu no país o valor total muito baixo de 2,6 milhões (uma diferença de mais de meio milhão para o valor elevado de 2009), o que justifica a hipótese de, apesar da perda demográfica, ter subsistido no território uma «bolsa» de reserva para futuras oportunidades, que fossem surgindo paulatinamente.

²⁵ Veja-se, neste mesmo livro, o capítulo de José António Bandeirinha.

com os outros, pela proximidade ou por relações reticulares) e valorizadora da proximidade (é com este tipo de relações que se incluem, por exemplo, os espaços rurais ou de baixa densidade). No Continente é possível falar de uma vintena de espaços pertinentes.²⁶ O nível de coerência deste território é o das regiões de planeamento onde as CCDR exercem estas funções e, futuramente, o das regiões administrativas.

De forma muito prosaica, exigir-se-ia que houvesse uma política pública e um nível de responsabilidade governamental capazes de dizer qual é a finalidade da ação pública em cada um destes territórios, como é que se pretende que eles se organizem, quais são as dinâmicas a apoiar ou a estabelecer do ponto de vista das suas capacidades urbanas próprias, dos serviços públicos, da organização da produção industrial e agrícola. Enfim, do seu papel e do seu lugar na vida do país.

Há três componentes essenciais desta política: *uma política territorial urbana para a estruturação das cidades médias não metropolitanas*, uma política territorial de desenvolvimento e uma política de estruturação das relações de proximidade. A primeira consiste em inscrever as formas de organização da vida das pessoas, e o seu bem-estar, em objetivos explícitos de política pública: o acesso aos serviços coletivos (escola, saúde, justiça, administração pública), a habitação, a mobilidade (seja a de proximidade, seja a de relação com outros espaços) são elementos centrais a ter em conta e a serem objeto de explicitação clara e mobilizadora e têm de ser parte de uma lógica nacional, territorialmente ancorada, coerente, que comprometa a ação do Estado. Imaginemos qualquer território de escala relevante, isto é, composto por um número significativo de municípios e no qual identifiquemos dimensão, estrutura e relações estabelecidas. Pode ser o equivalente a uma NUT III. Esse território

²⁶ Não vou desenvolver este ponto aqui. Adianto que, grosso modo, eles correspondem às NUT III com adaptações, onde elas representam algum artificialismo estatístico ou de outra ordem.

deve ser sujeito e objeto de planejamento, não o planejamento burocrático e fragmentário que se tem desenvolvido como condição para acesso a fundos estruturais pelas autarquias ou outras entidades. Não um planejamento feito na ausência do Estado central e delegado de forma displicente em entidades sem capacidade de expressão fora dos seus limites. Mas antes um planejamento assumido pelo Estado, que a ele se vincule. A grande característica da ação do Estado nas últimas décadas é a ausência de relação, o desinteresse – no limite, uma cultivada ignorância – acerca do que se passa no território e em cada território. Só em situação de emergência (os incêndios florestais, por exemplo) o Estado regressa a este assunto. É nas cidades médias, hoje um fator inexistente de fixação da população num território, que esta política se deve centrar. Cada um dos territórios que estou a presumir tem essas cidades.

A política para o território e para as cidades médias tem de ser uma política assente na economia, na capacidade de estruturação produtiva e de criação de emprego. Por isso, é também de *uma política territorial de desenvolvimento*, onde se devem incluir todas as atividades, com especial atenção à indústria, que tem, em simultâneo, de se falar. A chave da sua formulação é a mesma: a explicitação clara de uma finalidade, o reconhecimento da forma de a realizar e um claro compromisso do Estado e das políticas públicas com esse diagnóstico e com o planejamento que ele deve desencadear. Uma realidade urbana no território é, e tem de ser de forma cada vez mais ativa, uma bacia de emprego. Não apenas pelo grande significado que a inclusão pelo trabalho tem nas nossas sociedades. Também porque o país precisa de fixar e desenvolver uma capacidade produtiva qualificada que lhe reduza as dependências e aumente a sua capacidade de criar valor. Isso faz-se no território e no contexto de meios de vida adequadamente estruturados. A dependência produtiva do país é enorme. O défice da balança comercial de bens tem caminhado para perto de 8% do PIB (um valor muito significativo). Muito do que exportamos

foi previamente importado.^{27, 28} Muita da nossa indústria não é produtora de bens finais cuja cadeia produtiva esteja cabalmente estruturada em termos nacionais (sendo, por isso, parte de uma lógica fragmentária de fabrico de componentes, como fornecedora ou como compradora). Tudo isto diz muito sobre as nossas imensas fragilidades produtivas, que só alguns casos isolados contrariam. É no território que estes problemas se equacionam e resolvem: pela identificação das capacidades empresariais, pelo incentivo à criação racional de novas unidades, pela gestão coerente das relações interindustriais. Ora, também isto tem de ser explicitado e objeto de planeamento e de compromisso. Não é possível que não haja capacidade para se dizer para o conjunto dos territórios que tenho estado a referir, e para cada um deles, como é que a sua economia se organiza e como é que ela se articula com os contextos de vida que eles são. Vale a pena lembrar que ainda é possível «mapear» o país através dos seus recursos produtivos, das especializações que se foram desenvolvendo e das capacidades que se fixaram.

Uma política para as cidades médias e uma política para a sua economia são, em conjunto, os elementos essenciais de uma política de estruturação do território, isto é, de *uma política de estruturação das relações de proximidade*. Isso significa que ambas as dimensões estabelecem as relações que ocorrem no quadro de proximidade que esse território também é. Cada território tem os seus nós principais, as suas maiores densidades. E tem, em relação com estes, espaços de relação imediata, menos densos, compostos pela agricultura, pela paisagem, pelas formas periurbanas ou rurais e pelos modos extensivos de produção, como a floresta, por exemplo. Este

²⁷ Em 2017 a componente importada das nossas exportações de bens era 44%. Cf.: Matrizes Simétricas *Input-Output*, INE, 8 de abril de 2020.

²⁸ As exportações do setor automóvel, tão celebradas na economia portuguesa, tinham em 2015 uma componente importada de 70%! Cf.: Banco de Portugal: <https://www.bportugal.pt/page/economia-numa-imagem-33>

quadro de relações tem de ser parte inteira da política territorial que assim se consolida.

É a partir destes pontos da malha, que formam os espaços concretos, vividos, intermediários da economia e da sociedade, que se deve formar a racionalidade macro do ordenamento territorial. É isto e não o inverso. Deve ser assim que se compreende o que o país é no seu conjunto e nas suas relações: a rede de cidades, os seus espaços respetivos de relação imediata, o sistema de relações inter-regionais, coisa que deve substituir, com vantagem, a ideia abstrata e pouco definida de litoral, interior, norte ou sul. Evidentemente que a escala nacional do ordenamento do território deve, ela própria, servir de elemento importante para redefinir os espaços intermédios, quer quando a rede se revele frágil, quer quando houver potencialidades a valorizar e a melhorar a partir desta lógica de conjunto. É na conjugação acertada destes dois planos que um país se estrutura, se reorganiza quando a situação é tão difícil como a que hoje vivemos, e ganha a condição de país. Isto é, de uma comunidade ativa, articulada e solidária.

Conclusão

O conjunto de dados que aqui usei permite-me fundamentar esta conclusão: em Portugal, ao longo das duas décadas deste século, e com intensidade redobrada no período mais recente, produziu-se uma generalizada fragilização do território; é na que pode ser considerada a sua ossatura, o sistema urbano e as cidades médias, que ela é mais significativa; esse é o resultado de uma concentração unipolar, empobrecedora e problemática na AML. Nisto consiste uma vulnerabilidade principal do país, inscrita no território. Chamo a isto uma vulnerabilidade de primeira ordem. Há, pois, um problema territorial em Portugal e ele consiste no deslaçamento criado por este modelo unipolar de crescimento, hoje em crise.

Esta vulnerabilidade relaciona-se com outra, a da natureza frágil, precária e assimétrica da metrópole lisboeta. Os problemas de concentração demográfica que identifiquei não são o resultado da atividade e das qualidades de um centro pujante e qualificado. São o resultado de um processo que se manifesta na concentração da população nas periferias da AML. Também não são o resultado de uma vida económica criadora de valor, assente em qualificações e em boas retribuições do trabalho. Havendo, obviamente um compósito de atividades cuja descrição não deve ser simplificada, o que se tem revelado central é, no entanto, tudo o que assenta numa lógica extrativa de utilização de recursos: o imobiliário, o capital físico e ambiental da cidade de Lisboa, a mão-de-obra abundante que aí aflui, a tolerância da desvalorização do trabalho, ou mesmo a sua promoção explícita. Tudo isto posto ao serviço de uma atividade dominante, o turismo, e de lógicas de financeirização que transformaram a cidade em mercadoria. A assimetria desta metrópole e a natureza do seu modelo de desenvolvimento é, pois, a segunda vulnerabilidade do país a que importa dar atenção.

Finalmente, pode concluir-se, olhando para o que subsiste no conjunto dos territórios em matéria de criação de emprego, que o território, o conjunto muito diversificado de territórios que compõem o país, está a ser desperdiçado. Já tinha concluído isto mesmo quando analisei os problemas da habitação e vi que o seu peso na economia das famílias era um problema territorializado, centrado na AML, mas não em todas as cidades ou espaços do país. As réstias de capacidade económica ou de condições materiais de vida que existem estão a ser postas em causa pela regressão demográfica. Estamos, pois, perante um desperdício do território, quando ele devia ser fator de desenvolvimento e de coesão nacionais.

Por tudo isto, concluo com as alternativas em que o território intervém. Como se viu imediatamente acima, sugiro políticas ativas para as cidades e para a rede urbana e para as capacidades produtivas que aí estão inscritas, numa lógica inclusiva.

Estas vulnerabilidades são produto de processos institucionais e políticos já longos. Resultam das formas de economia política instituídas no país desde meados da última década do século XX (Reis, 2018). Os novos termos a que a pandemia nos sujeitou fizeram redobrar a intensidade destes problemas. E fizeram redobrar a importância do território num contexto em que é preciso definir com rigor a forma de «cuidar de Portugal» (Reis, 2020).

Referências

- Becattini, Giacomo (2004). *Industrial Districts. A New Approach to Industrial Change*. Cheltenham: Edward Elgar.
- Branch, Jordan (2017). Territory as an institution: Spatial ideas, practices and technologies. *Territory, Politics, Governance*, 5 (2), pp. 131-144.
- Dijkstra, Lewis, Poelman, Hugo, e Rodríguez-Pose, Andrés (2019). The geography of EU discontent. *Regional Studies*, 54 (6), pp. 737-753.
- Guilluy, Christophe (2014). *La France Périphérique: Comment On A Sacrifié les Classes Populaires*. Paris: Flammarion.
- .INE [Instituto Nacional de Estatística] (2014). *Cidades Portuguesas: Um Retrato Estatístico*. Lisboa: INE.
- McCann, Philip (2019). Perceptions of regional inequality and the geography of discontent: Insights from the UK. *Regional Studies*, 54 (2), pp. 256-267.
- Painter, Joe (2010). Rethinking territory. *Antipode*, 42 (5), pp. 1090-1118.
- Pinto, Hugo, Garofoli, Gioacchino, e Reis, José (2019). Territorial obstinacy. *Regional Science Policy and Practice*, 11 (6), pp. 879-883.
- Reis, José (1992). *Os Espaços da Indústria: A Regulação Económica e o Desenvolvimento Local em Portugal*. Porto: Afrontamento.
- Reis, José (2009). *Ensaio de Economia Impura*. Coimbra: Almedina. (2.ª edição).
- Reis, José (2018). *A Economia Portuguesa: Formas de Economia Política Numa Periferia Persistente (1960-2017)*. Coimbra: Almedina.
- Reis, José (2019). O território ainda existe? Sistemas de provisão de habitação e o desperdício do país. In Ana Cordeiro Santos (org.), *A Nova Questão da Habitação em Portugal: Uma Abordagem de Economia Política*. Lisboa: Actual.

- Reis, José (2020). *Cuidar de Portugal: Hipóteses de Economia Política em Tempos Convulsos*. Coimbra: Almedina.
- Rodríguez-Pose, Andrés (2018). The revenge of the places that don't matter (and what to do about it). *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, 11 (1), pp. 189-209.
- Rodrik, Dani (2018). Populism and the economics of globalization. *Journal of International Business Policy*, 1 (1), pp. 12-33.



Anexo 1

População residente
Valores absolutos (1981, 2001, 2011 e 2019) e variações percentuais
(2011-2019 e 2001-2011 e 1981-2001)

		1981	2001	2011	2019	2011-2019	2001-2011	1981-2001
	Portugal	9 883 670	10 394 669	10 542 398	10 295 909	-2,3	1,4	5,2
NUTS I	Continente	9 384 013	9 904 113	10 030 968	9 798 859	-2,3	1,3	5,5
NUTS II	Norte	3 435 810	3 696 333	3 687 224	3 575 338	-3,0	-0,2	7,6
NUTS III	Alto Minho	258 004	250 491	244 149	230 412	-5,6	-2,5	-2,9
Município	Arcos de Valdevez	31 240	24 657	22 709	20 926	-7,9	-7,9	-21,1
Município	Caminha	15 916	17 091	16 645	15 877	-4,6	-2,6	7,4
Município	Melgaço	13 276	9 967	9 137	8 093	-11,4	-8,3	-24,9
Município	Monção	23 872	19 947	19 186	17 869	-6,9	-3,8	-16,4
Município	Paredes de Coura	11 309	9 574	9 166	8 535	-6,9	-4,3	-15,3
Município	Ponte da Barca	14 078	12 875	12 018	11 180	-7,0	-6,7	-8,5
Município	Ponte de Lima	44 142	44 342	43 482	41 315	-5,0	-1,9	0,5
Município	Valença	13 935	14 228	14 045	13 290	-5,4	-1,3	2,1
Município	Viana do Castelo	81 567	88 878	88 522	84 417	-4,6	-0,4	9,0
Município	Vila Nova de Cerveira	8 669	8 932	9 239	8 910	-3,6	3,4	3,0
NUTS III	Cávado	332 226	395 672	411 028	404 444	-1,6	3,9	19,1
Município	Âmares	16 618	18 592	18 830	18 129	-3,7	1,3	11,9
Município	Barcelos	104 850	122 278	120 515	116 187	-3,6	-1,4	16,6
Município	Braga	126 835	166 127	182 176	182 679	0,3	9,7	31,0
Município	Esposende	28 946	33 533	34 371	34 177	-0,6	2,5	15,8
Município	Terras de Bouro	10 196	8 281	7 141	6 361	-10,9	-13,8	-18,8
Município	Vila Verde	44 781	46 861	47 995	46 911	-2,3	2,4	4,6
NUTS III	Ave	371 050	427 557	425 661	411 857	-3,2	-0,4	15,2
Município	Cabeceiras de Basto	19 191	17 778	16 659	15 628	-6,2	-6,3	-7,4
Município	Fafe	46 183	52 736	50 576	48 060	-5,0	-4,1	14,2
Município	Guimarães	148 678	159 915	158 048	152 309	-3,6	-1,2	7,6
Município	Mondim de Basto	10 058	8 518	7 465	6 946	-7,0	-12,4	-15,3
Município	Póvoa de Lanhoso	21 285	22 735	21 947	21 499	-2,0	-3,5	6,8
Município	Vieira do Minho	18 070	14 614	12 900	11 842	-8,2	-11,7	-19,1
Município	Vila Nova de Famalicão	107 585	128 508	134 206	131 676	-1,9	4,4	19,4
Município	Vizela	//	22 753	23 860	23 897	0,2	4,9	
NUTS III	Área Metropolitana do Porto	1 527 021	1 736 891	1 758 991	1 728 226	-1,7	1,3	13,7
Município	Arouca	24 120	24 087	22 231	20 720	-6,8	-7,7	-0,1
Município	Espinho	32 728	33 630	31 439	29 516	-6,1	-6,5	2,8
Município	Gondomar	131 813	164 844	168 363	165 985	-1,4	2,1	25,1
Município	Maia	82 302	121 699	135 937	138 971	2,2	11,7	47,9
Município	Matosinhos	137 418	168 149	175 869	175 357	-0,3	4,6	22,4
Município	Oliveira de Azeméis	63 269	70 714	68 568	66 011	-3,7	-3,0	11,8
Município	Paredes	68 466	83 853	87 159	86 067	-1,3	3,9	22,5
Município	Porto	328 788	261 132	233 061	216 606	-7,1	-10,7	-20,6
Município	Póvoa de Varzim	54 891	63 593	63 504	62 784	-1,1	-0,1	15,9
Município	Santa Maria da Feira	110 425	136 555	140 007	138 636	-1,0	2,5	23,7
Município	Santo Tirso	94 315	72 562	71 451	68 055	-4,8	-1,5	-23,1
Município	São João da Madeira	16 608	21 216	21 749	21 958	1,0	2,5	27,7

		1981	2001	2011	2019	2011-2019	2001-2011	1981-2001
Município	Trofa	//	37 808	39 010	38 418	-1,5	3,2	
Município	Vale de Cambra	24 419	24 686	22 772	21 327	-6,3	-7,8	1,1
Município	Valongo	64 827	86 846	94 577	97 444	3,0	8,9	34,0
Município	Vila do Conde	64 878	74 964	79 864	79 899	0,0	6,5	15,5
Município	Vila Nova de Gaia	227 754	290 553	303 430	300 472	-1,0	4,4	27,6
NUTS III	Alto Tâmega	131 582	104 103	93 615	86 133	-8,0	-10,1	-20,9
Município	Boticas	8 786	6 369	5 694	4 998	-12,2	-10,6	-27,5
Município	Chaves	46 107	43 563	41 225	39 343	-4,6	-5,4	-5,5
Município	Montalegre	19 409	12 586	10 387	8 997	-13,4	-17,5	-35,2
Município	Ribeira de Pena	10 856	7 352	6 517	6 016	-7,7	-11,4	-32,3
Município	Valpaços	26 169	19 341	16 699	14 818	-11,3	-13,7	-26,1
Município	Vila Pouca de Aguiar	20 255	14 892	13 093	11 961	-8,6	-12,1	-26,5
NUTS III	Tâmega e Sousa	400 159	435 077	432 946	415 989	-3,9	-0,5	8,7
Município	Amarante	54 628	59 513	56 099	53 193	-5,2	-5,7	8,9
Município	Baião	24 625	22 210	20 394	18 748	-8,1	-8,2	-9,8
Município	Castelo de Paiva	17 196	17 316	16 642	15 454	-7,1	-3,9	0,7
Município	Celorico de Basto	22 891	20 475	20 087	19 040	-5,2	-1,9	-10,6
Município	Cinfães	25 764	22 290	20 254	18 244	-9,9	-9,1	-13,5
Município	Felgueiras	48 591	57 813	58 126	56 422	-2,9	0,5	19,0
Município	Lousada	38 325	45 076	47 547	46 755	-1,7	5,5	17,6
Município	Marco de Canaveses	46 644	52 636	53 521	51 496	-3,8	1,7	12,8
Município	Paços de Ferreira	41 124	53 424	56 769	56 728	-0,1	6,3	29,9
Município	Penafiel	64 934	71 983	72 227	69 772	-3,4	0,3	10,9
Município	Resende	15 437	12 341	11 280	10 137	-10,1	-8,6	-20,1
NUTS III	Douro	261 714	219 895	204 121	190 815	-6,5	-7,2	-16,0
Município	Alijó	18 935	14 113	11 840	10 625	-10,3	-16,1	-25,5
Município	Armamar	9 443	7 396	6 258	5 769	-7,8	-15,4	-21,7
Município	Carrizada de Ansiães	11 462	7 562	6 297	5 666	-10,0	-16,7	-34,0
Município	Freixo de Espada à Cinta	5 726	4 159	3 736	3 298	-11,7	-10,2	-27,4
Município	Lamego	33 111	28 074	26 566	24 895	-6,3	-5,4	-15,2
Município	Mesão Frio	6 365	4 888	4 386	3 964	-9,6	-10,3	-23,2
Município	Moimenta da Beira	12 869	11 015	10 190	9 736	-4,5	-7,5	-14,4
Município	Murça	8 633	6 679	5 938	5 463	-8,0	-11,1	-22,6
Município	Penedono	4 200	3 424	2 927	2 591	-11,5	-14,5	-18,5
Município	Peso da Régua	22 599	18 701	17 036	15 773	-7,4	-8,9	-17,2
Município	Sabrosa	9 076	7 009	6 339	5 918	-6,6	-9,6	-22,8
Município	Santa Marta de Penaguião	11 232	8 491	7 274	6 599	-9,3	-14,3	-24,4
Município	São João da Pesqueira	10 280	8 611	7 799	7 125	-8,6	-9,4	-16,2
Município	Sernancelhe	7 533	6 201	5 673	5 396	-4,9	-8,5	-17,7
Município	Tabuaço	8 596	6 773	6 347	6 033	-4,9	-6,3	-21,2
Município	Tarouca	9 422	8 314	8 018	7 804	-2,7	-3,6	-11,8
Município	Torre de Moncorvo	13 683	9 795	8 497	7 695	-9,4	-13,3	-28,4
Município	Vila Nova de Foz Côa	11 225	8 411	7 218	6 503	-9,9	-14,2	-25,1
Município	Vila Real	47 324	50 279	51 782	49 962	-3,5	3,0	6,2
NUTS III	Terras de Trás-os-Montes	154 054	126 647	116 713	107 462	-7,9	-7,8	-17,8
Município	Alfândega da Fé	7 950	5 899	5 035	4 550	-9,6	-14,6	-25,8
Município	Bragança	35 520	34 916	35 273	33 607	-4,7	1,0	-1,7
Município	Macedo de Cavaleiros	21 723	17 361	15 646	14 516	-7,2	-9,9	-20,1

		1981	2001	2011	2019	2011-2019	2001-2011	1981-2001
Município	Miranda do Douro	9 978	8 041	7 458	6 830	-8,4	-7,3	-19,4
Município	Mirandela	29 063	25 719	23 669	21 754	-8,1	-8,0	-11,5
Município	Mogadouro	15 366	11 101	9 435	8 392	-11,1	-15,0	-27,8
Município	Vila Flor	9 773	7 824	6 636	6 044	-8,9	-15,2	-19,9
Município	Vimioso	8 501	5 282	4 610	4 023	-12,7	-12,7	-37,9
Município	Vinhais	16 180	10 504	8 951	7 746	-13,5	-14,8	-35,1
NUTS II	Centro	2 309 204	2 351 652	2 316 169	2 217 285	-4,3	-1,5	1,8
NUTS III	Oeste	311 855	341 589	362 311	358 714	-1,0	6,1	9,5
Município	Alcobaça	52 485	55 607	56 472	53 555	-5,2	1,6	5,9
Município	Alenquer	34 603	39 593	43 285	44 052	1,8	9,3	14,4
Município	Arruda dos Vinhos	8 903	10 636	13 702	15 412	12,5	28,8	19,5
Município	Bombarral	13 807	13 347	13 102	12 558	-4,2	-1,8	-3,3
Município	Cadaval	14 500	14 015	14 196	13 673	-3,7	1,3	-3,3
Município	Caldas da Rainha	41 170	49 230	51 791	51 912	0,2	5,2	19,6
Município	Lourinhã	21 322	23 561	25 752	25 855	0,4	9,3	10,5
Município	Nazaré	15 537	15 119	14 988	14 165	-5,5	-0,9	-2,7
Município	Óbidos	10 572	11 004	11 768	11 850	0,7	6,9	4,1
Município	Peniche	25 811	27 372	27 581	26 501	-3,9	0,8	6,0
Município	Sobral de Monte Agraço	7 865	9 073	10 169	10 651	4,7	12,1	15,4
Município	Torres Vedras	65 280	73 032	79 505	78 530	-1,2	8,9	11,9
NUTS III	Região de Aveiro	319 083	366 177	369 287	363 803	-1,5	0,8	14,8
Município	Águeda	43 512	49 055	47 572	46 075	-3,1	-3,0	12,7
Município	Albergaria-a-Velha	21 416	24 748	25 089	24 144	-3,8	1,4	15,6
Município	Anadia	29 968	31 404	28 958	27 258	-5,9	-7,8	4,8
Município	Aveiro	60 696	73 947	78 093	78 734	0,8	5,6	21,8
Município	Estarreja	26 417	28 111	26 878	26 006	-3,2	-4,4	6,4
Município	Ílhavo	31 574	37 363	38 556	38 699	0,4	3,2	18,3
Município	Murtosa	9 840	9 588	10 533	10 279	-2,4	9,9	-2,6
Município	Oliveira do Bairro	17 556	21 358	23 201	24 277	4,6	8,6	21,7
Município	Ovar	45 644	55 324	55 244	54 260	-1,8	-0,1	21,2
Município	Sever do Vouga	13 844	13 131	12 253	11 331	-7,5	-6,7	-5,2
Município	Vagos	18 616	22 148	22 910	22 740	-0,7	3,4	19,0
NUTS III	Região de Coimbra	468 533	472 131	456 871	433 923	-5,0	-3,2	0,8
Município	Arganil	15 489	13 537	12 027	11 014	-8,4	-11,2	-12,6
Município	Cantanhede	38 887	37 834	36 571	35 011	-4,3	-3,3	-2,7
Município	Coimbra	140 002	148 272	141 360	134 166	-5,1	-4,7	5,9
Município	Condeixa-a-Nova	13 250	15 508	17 234	17 733	2,9	11,1	17,0
Município	Figueira da Foz	58 769	62 672	61 918	58 747	-5,1	-1,2	6,6
Município	Góis	6 417	4 812	4 187	3 805	-9,1	-13,0	-25,0
Município	Lousã	13 014	15 944	17 549	17 158	-2,2	10,1	22,5
Município	Mealhada	19 365	20 761	20 388	19 914	-2,3	-1,8	7,2
Município	Mira	13 341	12 843	12 410	11 832	-4,7	-3,4	-3,7
Município	Miranda do Corvo	12 236	13 091	13 094	12 708	-2,9	0,0	7,0
Município	Montemor-o-Velho	27 318	25 632	26 138	25 224	-3,5	2,0	-6,2
Município	Mortágua	11 325	10 336	9 531	8 803	-7,6	-7,8	-8,7
Município	Oliveira do Hospital	23 620	22 035	20 722	19 253	-7,1	-6,0	-6,7
Município	Pampilhosa da Serra	7 454	5 174	4 430	4 037	-8,9	-14,4	-30,6
Município	Penacova	17 383	16 651	15 091	13 694	-9,3	-9,4	-4,2

		1981	2001	2011	2019	2011-2019	2001-2011	1981-2001
Município	Penela	8 005	6 548	5 910	5 397	-8,7	-9,7	-18,2
Município	Soure	22 525	20 821	19 033	17 120	-10,1	-8,6	-7,6
Município	Tábua	13 477	12 584	12 012	11 368	-5,4	-4,5	-6,6
Município	Vila Nova de Poiares	6 656	7 076	7 266	6 939	-4,5	2,7	6,3
NUTS III	Região de Leiria	262 691	289 926	293 941	284 702	-3,1	1,4	10,4
Município	Alvaiázere	10 511	8 387	7 222	6 597	-8,7	-13,9	-20,2
Município	Ansão	15 482	13 706	13 035	12 039	-7,6	-4,9	-11,5
Município	Batalha	12 673	15 102	15 825	15 963	0,9	4,8	19,2
Município	Castanheira de Pêra	5 122	3 689	3 122	2 614	-16,3	-15,4	-28,0
Município	Figueiró dos Vinhos	8 749	7 263	6 102	5 568	-8,8	-16,0	-17,0
Município	Leiria	97 109	120 756	126 753	125 267	-1,2	5,0	24,4
Município	Marinha Grande	31 465	35 953	38 741	38 508	-0,6	7,8	14,3
Município	Pedrógão Grande	5 814	4 383	3 850	3 410	-11,4	-12,2	-24,6
Município	Pombal	53 975	56 394	55 018	51 461	-6,5	-2,4	4,5
Município	Porto de Mós	21 791	24 293	24 273	23 275	-4,1	-0,1	11,5
NUTS III	Visu Dão Lafões	285 202	275 809	266 207	251 628	-5,5	-3,5	-3,3
Município	Aguiar da Beira	7 314	6 215	5 410	4 652	-14,0	-13,0	-15,0
Município	Carregal do Sal	11 170	10 355	9 784	9 271	-5,2	-5,5	-7,3
Município	Castro Daire	20 489	16 849	15 182	13 823	-9,0	-9,9	-17,8
Município	Mangualde	21 533	20 945	19 772	18 510	-6,4	-5,6	-2,7
Município	Nelas	15 110	14 280	13 951	12 974	-7,0	-2,3	-5,5
Município	Oliveira de Frades	10 417	10 598	10 246	9 936	-3,0	-3,3	1,7
Município	Penalva do Castelo	10 201	8 926	7 893	7 115	-9,9	-11,6	-12,5
Município	Santa Comba Dão	14 161	12 411	11 474	10 452	-8,9	-7,5	-12,4
Município	São Pedro do Sul	21 331	18 909	16 695	15 403	-7,7	-11,7	-11,4
Município	Sátão	13 654	13 131	12 370	11 580	-6,4	-5,8	-3,8
Município	Tondela	35 986	31 022	28 733	26 357	-8,3	-7,4	-13,8
Município	Vila Nova de Paiva	6 474	6 077	5 135	4 687	-8,7	-15,5	-6,1
Município	Visu	83 899	94 269	99 093	97 249	-1,9	5,1	12,4
Município	Vouzela	13 463	11 822	10 469	9 619	-8,1	-11,4	-12,2
NUTS III	Beira Baixa	108 165	94 232	88 134	80 230	-9,0	-6,5	-12,9
Município	Castelo Branco	55 006	55 922	55 600	51 987	-6,5	-0,6	1,7
Município	Idanha-a-Nova	16 009	11 518	9 566	8 043	-15,9	-16,9	-28,1
Município	Oleiros	10 159	6 609	5 648	5 003	-11,4	-14,5	-34,9
Município	Penamacor	9 477	6 590	5 585	4 755	-14,9	-15,3	-30,5
Município	Proença-a-Nova	11 950	9 531	8 240	7 298	-11,4	-13,5	-20,2
Município	Vila Velha de Ródão	5 564	4 062	3 495	3 144	-10,0	-14,0	-27,0
NUTS III	Médio Tejo	266 341	254 423	245 940	232 580	-5,4	-3,3	-4,5
Município	Abrantes	48 727	42 037	38 831	35 130	-9,5	-7,6	-13,7
Município	Alcanena	14 329	14 548	13 729	12 809	-6,7	-5,6	1,5
Município	Constância	3 945	3 846	4 052	4 030	-0,5	5,4	-2,5
Município	Entroncamento	12 010	18 399	20 322	21 558	6,1	10,5	53,2
Município	Ferreira do Zêzere	11 044	9 372	8 562	7 959	-7,0	-8,6	-15,1
Município	Mação	12 188	8 354	7 235	6 267	-13,4	-13,4	-31,5
Município	Ourém	41 540	46 314	45 885	44 044	-4,0	-0,9	11,5
Município	Sardoal	5 007	4 097	3 945	3 741	-5,2	-3,7	-18,2
Município	Sertã	21 465	16 665	15 770	14 577	-7,6	-5,4	-22,4
Município	Tomar	45 696	42 846	40 208	36 748	-8,6	-6,2	-6,2

		1981	2001	2011	2019	2011-2019	2001-2011	1981-2001
Município	Torres Novas	37 567	36 972	36 590	34 933	-4,5	-1,0	-1,6
Município	Vila de Rei	4 641	3 386	3 470	3 323	-4,2	2,5	-27,0
Município	Vila Nova da Barquinha	8 182	7 587	7 341	7 461	1,6	-3,2	-7,3
NUTS III	Beiras e Serra da Estrela	287 334	257 365	233 478	211 705	-9,3	-9,3	-10,4
Município	Almeida	10 490	8 378	7 066	5 830	-17,5	-15,7	-20,1
Município	Belmonte	6 775	7 527	6 808	6 398	-6,0	-9,6	11,1
Município	Celorico da Beira	10 297	8 767	7 608	6 928	-8,9	-13,2	-14,9
Município	Covilhã	61 193	54 320	51 196	46 787	-8,6	-5,8	-11,2
Município	Figueira de Castelo Rodrigo	9 142	7 105	6 224	5 584	-10,3	-12,4	-22,3
Município	Fornos de Algodres	6 598	5 581	4 965	4 528	-8,8	-11,0	-15,4
Município	Fundão	32 089	31 355	28 940	26 495	-8,4	-7,7	-2,3
Município	Gouveia	19 095	15 983	13 892	12 387	-10,8	-13,1	-16,3
Município	Guarda	40 486	43 831	42 126	38 969	-7,5	-3,9	8,3
Município	Manteigas	4 487	4 039	3 400	3 007	-11,6	-15,8	-10,0
Município	Mêda	8 967	6 157	5 118	4 587	-10,4	-16,9	-31,3
Município	Pinhel	14 328	10 861	9 503	8 511	-10,4	-12,5	-24,2
Município	Sabugal	18 847	14 734	12 351	10 585	-14,3	-16,2	-21,8
Município	Seia	31 468	27 898	24 466	22 234	-9,1	-12,3	-11,3
Município	Trancoso	13 072	10 829	9 815	8 875	-9,6	-9,4	-17,2
NUTS II	Área Metropolitana de Lisboa	2 494 179	2 678 695	2 827 050	2 863 272	1,3	5,5	7,4
NUTS III	Área Metropolitana de Lisboa	2 494 179	2 678 695	2 827 050	2 863 272	1,3	5,5	7,4
Município	Alcochete	11 275	13 415	17 916	19 787	10,4	33,6	19,0
Município	Almada	148 533	162 322	173 574	169 039	-2,6	6,9	9,3
Município	Amadora	165 119	176 027	175 738	184 106	4,8	-0,2	6,6
Município	Barreiro	88 644	79 037	78 574	75 147	-4,4	-0,6	-10,8
Município	Cascais	142 264	174 243	207 924	213 608	2,7	19,3	22,5
Município	Lisboa	808 786	563 149	537 412	509 515	-5,2	-4,6	-30,4
Município	Loures	278 775	199 755	207 063	213 687	3,2	3,7	-28,3
Município	Mafra	43 976	56 376	78 233	84 816	8,4	38,8	28,2
Município	Moita	53 613	67 390	66 125	64 407	-2,6	-1,9	25,7
Município	Montijo	36 946	40 355	52 347	57 614	10,1	29,7	9,2
Município	Odivelas	//	134 950	146 970	161 774	10,1	8,9	
Município	Oeiras	150 332	163 096	172 764	177 408	2,7	5,9	8,5
Município	Palmela	37 016	54 313	63 412	64 269	1,4	16,8	46,7
Município	Seixal	89 982	151 166	160 237	167 752	4,7	6,0	68,0
Município	Sesimbra	23 266	38 702	49 969	51 858	3,8	29,1	66,3
Município	Setúbal	98 908	114 726	120 864	115 126	-4,7	5,4	16,0
Município	Sintra	227 804	365 382	379 786	391 402	3,1	3,9	60,4
Município	Vila Franca de Xira	88 940	124 291	138 142	141 957	2,8	11,1	39,7
NUTS II	Alentejo	820 742	776 496	754 385	704 558	-6,6	-2,8	-5,4
NUTS III	Alentejo Litoral	103 351	99 988	97 878	93 521	-4,5	-2,1	-3,3
Município	Alcácer do Sal	16 394	14 180	12 938	11 659	-9,9	-8,8	-13,5
Município	Grândola	16 081	14 950	14 915	14 639	-1,9	-0,2	-7,0
Município	Odemira	29 441	26 192	26 010	24 717	-5,0	-0,7	-11,0
Município	Santiago do Cacém	29 296	31 016	29 830	28 791	-3,5	-3,8	5,9
Município	Sines	12 139	13 650	14 185	13 715	-3,3	3,9	12,4
NUTS III	Baixo Alentejo	159 214	134 611	125 875	116 332	-7,6	-6,5	-15,5
Município	Aljustrel	12 878	10 463	9 146	8 247	-9,8	-12,6	-18,8

		1981	2001	2011	2019	2011-2019	2001-2011	1981-2001
Município	Almodôvar	10 619	8 107	7 387	6 725	-9,0	-8,9	-23,7
Município	Alvito	2 959	2 663	2 527	2 477	-2,0	-5,1	-10,0
Município	Barrancos	2 154	1 927	1 807	1 634	-9,6	-6,2	-10,5
Município	Beja	38 439	35 805	35 616	33 579	-5,7	-0,5	-6,9
Município	Castro Verde	7 462	7 596	7 295	6 949	-4,7	-4,0	1,8
Município	Cuba	5 764	4 995	4 898	4 595	-6,2	-1,9	-13,3
Município	Ferreira do Alentejo	11 286	8 951	8 253	7 845	-4,9	-7,8	-20,7
Município	Mértola	11 668	8 606	7 147	6 142	-14,1	-17,0	-26,2
Município	Moura	19 828	16 502	15 005	13 718	-8,6	-9,1	-16,8
Município	Ourique	7 972	6 146	5 322	4 607	-13,4	-13,4	-22,9
Município	Serpa	20 798	16 687	15 570	14 304	-8,1	-6,7	-19,8
Município	Vidigueira	7 387	6 163	5 902	5 510	-6,6	-4,2	-16,6
NUTS III	Lezíria do Tejo	234 538	241 948	247 587	237 868	-3,9	2,3	3,2
Município	Almeirim	21 271	22 140	23 483	22 546	-4,0	6,1	4,1
Município	Alpiarça	8 129	8 002	7 652	7 059	-7,7	-4,4	-1,6
Município	Azambuja	19 885	20 946	22 078	22 716	2,9	5,4	5,3
Município	Benavente	16 349	23 864	29 372	30 602	4,2	23,1	46,0
Município	Cartaxo	22 572	23 559	24 522	23 843	-2,8	4,1	4,4
Município	Chamusca	13 143	11 374	10 071	9 197	-8,7	-11,5	-13,5
Município	Coruche	25 312	21 279	19 762	17 471	-11,6	-7,1	-15,9
Município	Golegã	5 952	5 687	5 435	5 339	-1,8	-4,4	-4,5
Município	Rio Maior	19 964	21 167	21 201	20 379	-3,9	0,2	6,0
Município	Salvaterra de Magos	19 010	20 394	22 223	21 295	-4,2	9,0	7,3
Município	Santarém	62 951	63 536	61 788	57 421	-7,1	-2,8	0,9
NUTS III	Alto Alentejo	142 954	126 549	117 357	104 538	-10,9	-7,3	-11,5
Município	Alter do Chão	4 947	3 924	3 556	3 165	-11,0	-9,4	-20,7
Município	Arronches	4 307	3 370	3 136	2 820	-10,1	-6,9	-21,8
Município	Avis	5 865	5 159	4 571	4 247	-7,1	-11,4	-12,0
Município	Campo Maior	8 546	8 438	8 429	7 874	-6,6	-0,1	-1,3
Município	Castelo de Vide	4 174	3 831	3 371	2 919	-13,4	-12,0	-8,2
Município	Crato	5 641	4 296	3 660	3 129	-14,5	-14,8	-23,8
Município	Elvas	25 088	23 393	22 890	20 528	-10,3	-2,2	-6,8
Município	Fronteira	4 448	3 708	3 364	2 974	-11,6	-9,3	-16,6
Município	Gavião	6 824	4 828	4 069	3 263	-19,8	-15,7	-29,2
Município	Marvão	5 421	4 000	3 482	3 005	-13,7	-13,0	-26,2
Município	Monforte	4 250	3 403	3 304	2 975	-10,0	-2,9	-19,9
Município	Nisa	10 677	8 506	7 337	6 061	-17,4	-13,7	-20,3
Município	Ponte de Sor	18 113	18 031	16 570	14 994	-9,5	-8,1	-0,5
Município	Portalegre	27 385	25 929	24 602	22 172	-9,9	-5,1	-5,3
Município	Sousel	7 268	5 733	5 016	4 412	-12,0	-12,5	-21,1
NUTS III	Alentejo Central	180 685	173 400	165 688	152 299	-8,1	-4,4	-4,0
Município	Alandroal	8 118	6 531	5 787	4 992	-13,7	-11,4	-19,5
Município	Arraiolos	8 883	7 609	7 373	6 928	-6,0	-3,1	-14,3
Município	Borba	8 840	7 738	7 317	6 736	-7,9	-5,4	-12,5
Município	Estremoz	18 050	15 575	14 186	12 728	-10,3	-8,9	-13,7
Município	Évora	51 869	56 637	56 218	52 428	-6,7	-0,7	9,2
Município	Montemor-o-Novo	20 248	18 545	17 275	15 647	-9,4	-6,8	-8,4
Município	Mora	7 060	5 722	4 893	4 138	-15,4	-14,5	-19,0

		1981	2001	2011	2019	2011-2019	2001-2011	1981-2001
Município	Mourão	3 496	3 187	2 644	2 450	-7,3	-17,0	-8,8
Município	Portel	8 320	7 062	6 381	5 828	-8,7	-9,6	-15,1
Município	Redondo	8 428	7 294	6 994	6 353	-9,2	-4,1	-13,5
Município	Reguengos de Monsaraz	11 633	11 350	10 784	10 015	-7,1	-5,0	-2,4
Município	Vendas Novas	10 941	11 669	11 857	11 255	-5,1	1,6	6,7
Município	Viana do Alentejo	6 207	5 639	5 706	5 145	-9,8	1,2	-9,2
Município	Vila Viçosa	8 592	8 842	8 273	7 656	-7,5	-6,4	2,9
NUTS II	Algarve	324 078	400 937	446 140	438 406	-1,7	11,3	23,7
NUTS III	Algarve	324 078	400 937	446 140	438 406	-1,7	11,3	23,7
Município	Albufeira	17 255	32 405	40 351	41 528	2,9	24,5	87,8
Município	Alcoutim	5 233	3 704	2 816	2 159	-23,3	-24,0	-29,2
Município	Aljezur	5 062	5 356	5 787	5 594	-3,3	8,0	5,8
Município	Castro Marim	7 285	6 632	6 634	6 237	-6,0	0,0	-9,0
Município	Faro	45 471	58 721	63 172	61 015	-3,4	7,6	29,1
Município	Lagoa	15 673	20 914	22 798	22 762	-0,2	9,0	33,4
Município	Lagos	19 739	25 971	30 805	30 374	-1,4	18,6	31,6
Município	Loulé	44 065	60 337	69 988	68 697	-1,8	16,0	36,9
Município	Monchique	9 601	6 918	5 886	5 077	-13,7	-14,9	-27,9
Município	Olhão	34 649	41 256	45 157	44 405	-1,7	9,5	19,1
Município	Portimão	34 587	45 890	55 265	55 483	0,4	20,4	32,7
Município	São Brás de Alportel	7 484	10 110	10 558	10 416	-1,3	4,4	35,1
Município	Silves	31 307	34 185	36 780	36 226	-1,5	7,6	9,2
Município	Tavira	24 572	25 111	25 860	24 530	-5,1	3,0	2,2
Município	Vila do Bispo	5 688	5 338	5 238	5 154	-1,6	-1,9	-6,2
Município	Vila Real de Santo António	16 407	18 089	19 045	18 749	-1,6	5,3	10,3

Anexo 2

Pessoal ao serviço nas empresas

Valores absolutos (2002, 2011 e 2018) e variações percentuais (2011-2018 e 2002-2011)

		2002	2011	2018	2011-2018	2002-2011
	Portugal	2 820 254	2 796 772	3 176 832	13,6	-0,8
NUTS I	Continente	2 708 261	2 735 237	3 060 489	11,9	1,0
NUTS II	Norte	977 630	991 081	1 119 718	13,0	1,4
NUTS III	Alto Minho	50 479	53 704	62 987	17,3	6,4
Município	Arcos de Valdevez	2 773	4 227	5 434	28,6	52,4
Município	Caminha	2 962	2 793	2 869	2,7	-5,7
Município	Melgaço	723	989	1 151	16,4	36,8
Município	Moção	2 491	3 358	3 623	7,9	34,8
Município	Paredes de Coura	1 463	1 168	1 545	32,3	-20,2
Município	Ponte da Barca	1 808	1 818	1 856	2,1	0,6
Município	Ponte de Lima	8 667	8 689	10 728	23,5	0,3
Município	Valença	3 170	4 581	4 357	-4,9	44,5
Município	Viana do Castelo	23 375	22 739	27 039	18,9	-2,7
Município	Vila Nova de Cerveira	3 047	3 342	4 385	31,2	9,7
NUTS III	Cávado	111 241	113 296	135 825	19,9	1,8
Município	Amares	3 969	3 288	3 913	19,0	-17,2
Município	Barcelos	36 176	36 402	43 444	19,3	0,6
Município	Braga	54 093	54 334	66 817	23,0	0,4
Município	Esposende	8 003	8 815	10 215	15,9	10,1
Município	Terras de Bouro	980	1 092	1 196	9,5	11,4
Município	Vila Verde	8 020	9 365	10 240	9,3	16,8
NUTS III	Ave	↓ 132 804	125 163	145 043	15,9	-5,8
Município	Cabeceiras de Basto	2 334	2 730	3 270	19,8	17,0
Município	Fafe	13 224	11 626	13 299	14,4	-12,1
Município	Guimarães	↓ 56 944	52 869	62 055	17,4	-7,2
Município	Mondim de Basto	650	1 019	935	-8,2	56,8
Município	Póvoa de Lanhoso	6 203	4 604	4 655	1,1	-25,8
Município	Vieira do Minho	1 541	1 669	1 678	0,5	8,3
Município	Vila Nova de Famalicão	45 013	43 492	50 438	16,0	-3,4
Município	Vizela	6 895	7 154	8 713	21,8	3,8
NUTS III	Área Metropolitana do Porto	519 901	521 178	581 232	11,5	0,2
Município	Arouca	4 387	5 196	5 564	7,1	18,4
Município	Espinho	7 280	5 543	6 239	12,6	-23,9
Município	Gondomar	23 476	23 416	24 608	5,1	-0,3
Município	Maia	44 775	52 886	67 572	27,8	18,1
Município	Matosinhos	51 297	59 724	62 426	4,5	16,4
Município	Oliveira de Azeméis	25 308	23 427	25 912	10,6	-7,4
Município	Paredes	19 664	19 621	23 734	21,0	-0,2
Município	Porto	121 227	118 440	128 878	8,8	-2,3
Município	Póvoa de Varzim	14 715	16 547	16 952	2,4	12,4
Município	Santa Maria da Feira	44 339	37 960	39 891	5,1	-14,4
Município	Santo Tirso	↓ 23 798	18 629	20 224	8,6	-21,7
Município	São João da Madeira	13 395	13 030	14 990	15,0	-2,7

		2002	2011	2018	2011-2018	2002-2011
Município	Trofa	13 410	13 549	15 918	17,5	1,0
Município	Vale de Cambra	7 275	7 187	8 049	12,0	-1,2
Município	Valongo	17 484	16 634	18 976	14,1	-4,9
Município	Vila do Conde	20 001	22 497	26 395	17,3	12,5
Município	Vila Nova de Gaia	68 070	66 892	74 904	12,0	-1,7
NUTS III	Alto Tâmega	11 465	13 149	14 799	12,5	14,7
Município	Boticas	755	876	972	11,0	16,0
Município	Chaves	5 887	6 907	7 315	5,9	17,3
Município	Montalegre	962	1 052	1 169	11,1	9,4
Município	Ribeira de Pena	499	833	1 341	61,0	66,9
Município	Valpaços	1 541	1 680	1 919	14,2	9,0
Município	Vila Pouca de Aguiar	1 821	1 801	2 083	15,7	-1,1
NUTS III	Tâmega e Sousa	↓ 105 665	110 786	124 176	12,1	4,8
Município	Amarante	12 318	12 457	12 000	-3,7	1,1
Município	Baião	3 528	2 844	3 096	8,9	-19,4
Município	Castelo de Paiva	3 294	3 199	3 404	6,4	-2,9
Município	Celorico de Basto	2 391	2 494	3 041	21,9	4,3
Município	Cinfães	3 068	2 205	4 124	87,0	-28,1
Município	Felgueiras	21 769	23 328	27 292	17,0	7,2
Município	Lousada	12 129	12 918	15 784	22,2	6,5
Município	Marco de Canaveses	12 854	12 979	13 785	6,2	1,0
Município	Paços de Ferreira	14 768	18 655	20 667	10,8	26,3
Município	Penafiel	18 457	18 552	19 837	6,9	0,5
Município	Resende	1 089	1 155	1 146	-0,8	6,1
NUTS III	Douro	30 948	35 168	36 289	3,2	13,6
Município	Alijó	1 187	2 130	1 890	-11,3	79,4
Município	Armamar	600	1 024	1 142	11,5	70,7
Município	Carrizosa de Ansiães	713	746	857	14,9	4,6
Município	Freixo de Espada à Cinta	327	521	350	-32,8	59,3
Município	Lamego	4 604	4 476	4 570	2,1	-2,8
Município	Mesão Frio	573	464	525	13,1	-19,0
Município	Moimenta da Beira	1 259	1 599	1 867	16,8	27,0
Município	Murça	564	707	648	-8,3	25,4
Município	Penedono	232	339	450	32,7	46,1
Município	Peso da Régua	3 399	3 304	3 123	-5,5	-2,8
Município	Sabrosa	673	1 256	1 137	-9,5	86,6
Município	Santa Marta de Penaguião	771	713	775	8,7	-7,5
Município	São João da Pesqueira	1 113	1 291	1 471	13,9	16,0
Município	Sernancelhe	675	760	991	30,4	12,6
Município	Tabuaço	734	669	754	12,7	-8,9
Município	Tarouca	2 017	1 762	1 467	-16,7	-12,6
Município	Torre de Moncorvo	860	1 587	1 194	-24,8	84,5
Município	Vila Nova de Foz Côa	844	1 041	1 221	17,3	23,3
Município	Vila Real	9 803	10 779	11 857	10,0	10,0
NUTS III	Terras de Trás-os-Montes	15 127	18 637	19 367	3,9	23,2
Município	Alfândega da Fé	555	555	447	-19,5	0,0
Município	Bragança	5 795	6 999	7 832	11,9	20,8
Município	Macedo de Cavaleiros	2 036	2 176	2 124	-2,4	6,9

		2002	2011	2018	2011-2018	2002-2011
Município	Miranda do Douro	894	1 090	1 252	14,9	21,9
Município	Mirandela	3 054	4 303	4 174	-3,0	40,9
Município	Mogadouro	1 070	1 099	1 269	15,5	2,7
Município	Vila Flor	784	1 187	941	-20,7	51,4
Município	Vimioso	335	487	544	11,7	45,4
Município	Vinhais	604	741	784	5,8	22,7
NUTS II	Centro	584 921	579 278	626 222	8,1	-1,0
NUTS III	Oeste	88 793	88 770	100 447	13,2	0,0
Município	Alcobaça	18 084	15 121	17 390	15,0	-16,4
Município	Alenquer	12 804	12 661	12 614	-0,4	-1,1
Município	Arruda dos Vinhos	2 424	3 351	3 657	9,1	38,2
Município	Bombarral	2 885	2 630	2 789	6,0	-8,8
Município	Cadaval	2 487	2 390	2 641	10,5	-3,9
Município	Caldas da Rainha	13 708	13 037	18 193	39,5	-4,9
Município	Lourinhã	4 603	5 212	5 407	3,7	13,2
Município	Nazaré	2 258	2 885	3 529	22,3	27,8
Município	Óbidos	1 861	3 072	3 527	14,8	65,1
Município	Peniche	5 205	5 933	5 991	1,0	14,0
Município	Sobral de Monte Agraço	1 777	1 856	1 986	7,0	4,4
Município	Torres Vedras	20 697	20 622	22 723	10,2	-0,4
NUTS III	Região de Aveiro	107 944	108 793	125 109	15,0	0,8
Município	Águeda	20 795	16 399	18 476	12,7	-21,1
Município	Albergaria-a-Velha	5 722	6 980	8 605	23,3	22,0
Município	Anadia	7 342	7 348	7 445	1,3	0,1
Município	Aveiro	28 505	31 394	36 770	17,1	10,1
Município	Estarreja	5 603	6 112	7 419	21,4	9,1
Município	Ílhavo	9 110	8 502	9 299	9,4	-6,7
Município	Murtosa	1 080	1 635	1 710	4,6	51,4
Município	Oliveira do Bairro	6 566	7 125	7 447	4,5	8,5
Município	Ovar	16 838	16 161	18 428	14,0	-4,0
Município	Sever do Vouga	2 856	2 922	3 120	6,8	2,3
Município	Vagos	3 527	4 215	6 390	51,6	19,5
NUTS III	Região de Coimbra	104 846	107 120	109 082	1,8	2,2
Município	Arganil	3 017	2 607	2 640	1,3	-13,6
Município	Cantanhede	7 395	8 828	8 968	1,6	19,4
Município	Coimbra	42 072	42 229	39 320	-6,9	0,4
Município	Condeixa-a-Nova	2 436	2 671	2 777	4,0	9,6
Município	Figueira da Foz	16 504	15 651	16 687	6,6	-5,2
Município	Góis	824	673	674	0,1	-18,3
Município	Lousã	3 189	3 112	3 213	3,2	-2,4
Município	Mealhada	4 909	4 850	5 287	9,0	-1,2
Município	Mira	1 914	2 220	2 440	9,9	16,0
Município	Miranda do Corvo	1 609	1 555	1 590	2,3	-3,4
Município	Montemor-o-Velho	3 127	3 881	4 006	3,2	24,1
Município	Mortágua	1 596	2 150	2 984	38,8	34,7
Município	Oliveira do Hospital	6 058	4 899	5 598	14,3	-19,1
Município	Pampilhosa da Serra	875	570	661	16,0	-34,9
Município	Penacova	2 134	2 150	2 296	6,8	0,7

		2002	2011	2018	2011-2018	2002-2011
Município	Penela	1 100	1 755	1 841	4,9	59,5
Município	Soure	2 078	2 376	2 497	5,1	14,3
Município	Tábua	2 182	3 083	3 840	24,6	41,3
Município	Vila Nova de Poiares	1 827	1 860	1 763	-5,2	1,8
NUTS III	Região de Leiria	93 118	89 400	98 908	10,6	-4,0
Município	Alvaiázere	1 610	1 513	1 444	-4,6	-6,0
Município	Ansão	2 987	2 714	3 014	11,1	-9,1
Município	Batalha	6 855	6 038	6 178	2,3	-11,9
Município	Castanheira de Pêra	616	481	476	-1,0	-21,9
Município	Figueiró dos Vinhos	991	858	782	-8,9	-13,4
Município	Leiria	41 925	44 076	49 785	13,0	5,1
Município	Marinha Grande	13 881	12 052	14 437	19,8	-13,2
Município	Pedrógão Grande	683	569	677	19,0	-16,7
Município	Pombal	15 510	14 930	15 541	4,1	-3,7
Município	Porto de Mós	8 060	6 169	6 574	6,6	-23,5
NUTS III	Viseu Dão Lafões	59 004	61 910	68 123	10,0	4,9
Município	Aguiar da Beira	807	1 018	1 186	16,5	26,1
Município	Carregal do Sal	1 659	1 982	2 655	34,0	19,5
Município	Castro Daire	2 084	2 368	2 521	6,5	13,6
Município	Mangualde	7 011	5 914	6 663	12,7	-15,6
Município	Nelas	3 569	3 048	3 807	24,9	-14,6
Município	Oliveira de Frades	3 120	4 639	4 079	-12,1	48,7
Município	Penalva do Castelo	1 037	1 123	1 285	14,4	8,3
Município	Santa Comba Dão	2 009	1 957	1 848	-5,6	-2,6
Município	São Pedro do Sul	2 499	2 855	2 727	-4,5	14,2
Município	Sátão	1 688	1 739	1 888	8,6	3,0
Município	Tondela	6 635	6 054	7 183	18,6	-8,8
Município	Vila Nova de Paiva	298	517	630	21,9	73,5
Município	Viseu	24 266	26 560	29 406	10,7	9,5
Município	Vouzela	2 322	2 136	2 245	5,1	-8,0
NUTS III	Beira Baixa	19 213	17 802	18 166	2,0	-7,3
Município	Castelo Branco	13 631	12 766	13 290	4,1	-6,3
Município	Idanha-a-Nova	1 845	1 323	1 245	-5,9	-28,3
Município	Oleiros	902	1 011	775	-23,3	12,1
Município	Penamacor	638	649	539	-16,9	1,7
Município	Proença-a-Nova	1 375	1 328	1 344	1,2	-3,4
Município	Vila Velha de Ródão	822	725	973	34,2	-11,8
NUTS III	Médio Tejo	61 459	59 319	58 483	-1,4	-3,5
Município	Abrantes	8 967	8 093	7 603	-6,1	-9,7
Município	Alcanena	4 806	5 333	5 254	-1,5	11,0
Município	Constância	906	1 076	1 047	-2,7	18,8
Município	Entroncamento	4 686	4 646	3 873	-16,6	-0,9
Município	Ferreira do Zêzere	1 795	1 963	2 086	6,3	9,4
Município	Mação	1 488	1 283	1 286	0,2	-13,8
Município	Ourém	14 750	15 072	15 661	3,9	2,2
Município	Sardoal	767	596	479	-19,6	-22,3
Município	Sertã	3 040	3 295	3 194	-3,1	8,4
Município	Tomar	9 322	7 071	7 273	2,9	-24,1

		2002	2011	2018	2011-2018	2002-2011
Município	Torres Novas	9 792	9 552	9 287	-2,8	-2,5
Município	Vila de Rei	547	670	742	10,7	22,5
Município	Vila Nova da Barquinha	593	669	698	4,3	12,8
NUTS III	Beiras e Serra da Estrela	50 544	46 164	47 904	3,8	-8,7
Município	Almeida	1 139	1 049	996	-5,1	-7,9
Município	Belmonte	2 328	1 884	1 742	-7,5	-19,1
Município	Celorico da Beira	1 055	1 198	1 321	10,3	13,6
Município	Covilhã	11 892	10 981	11 309	3,0	-7,7
Município	Figueira de Castelo Rodrigo	845	936	804	-14,1	10,8
Município	Fornos de Algodres	944	763	788	3,3	-19,2
Município	Fundão	5 998	6 005	6 681	11,3	0,1
Município	Gouveia	2 680	2 070	2 103	1,6	-22,8
Município	Guarda	11 648	9 901	11 073	11,8	-15,0
Município	Manteigas	865	547	557	1,8	-36,8
Município	Mêda	622	703	752	7,0	13,0
Município	Pinhel	2 046	1 320	1 459	10,5	-35,5
Município	Sabugal	1 895	1 869	1 944	4,0	-1,4
Município	Seia	4 827	4 979	4 550	-8,6	3,1
Município	Trancoso	1 760	1 959	1 825	-6,8	11,3
NUTS II	Área Metropolitana de Lisboa	857 706	875 300	979 056	11,9	2,1
NUTS III	Área Metropolitana de Lisboa	857 706	875 300	979 056	11,9	2,1
Município	Alcochete	2 981	4 800	5 009	4,4	61,0
Município	Almada	32 000	27 725	28 083	1,3	-13,4
Município	Amadora	39 328	45 787	43 906	-4,1	16,4
Município	Barreiro	14 916	12 128	12 247	1,0	-18,7
Município	Cascais	43 884	44 321	48 561	9,6	1,0
Município	Lisboa	359 782	359 433	427 204	18,9	-0,1
Município	Loures	47 318	54 293	60 004	10,5	14,7
Município	Mafra	15 399	20 999	21 964	4,6	36,4
Município	Moita	7 687	7 073	5 958	-15,8	-8,0
Município	Montijo	10 142	11 029	14 255	29,3	8,7
Município	Odivelas	20 833	19 931	23 418	17,5	-4,3
Município	Oeiras	65 478	82 680	94 570	14,4	26,3
Município	Palmela	22 252	21 910	26 777	22,2	-1,5
Município	Seixal	25 754	23 016	24 091	4,7	-10,6
Município	Sesimbra	7 807	6 857	6 860	0,0	-12,2
Município	Setúbal	29 244	28 362	28 857	1,7	-3,0
Município	Sintra	80 827	72 925	73 280	0,5	-9,8
Município	Vila Franca de Xira	32 074	32 031	34 012	6,2	-0,1
NUTS II	Alentejo	167 718	165 150	181 076	9,6	-1,5
NUTS III	Alentejo Litoral	18 578	23 847	27 966	17,3	28,4
Município	Alcácer do Sal	2 538	2 361	2 452	3,9	-7,0
Município	Grândola	2 438	2 382	2 600	9,2	-2,3
Município	Odemira	4 378	5 159	9 860	91,1	17,8
Município	Santiago do Cacém	4 420	5 525	5 674	2,7	25,0
Município	Sines	4 804	8 420	7 380	-12,4	75,3
NUTS III	Baixo Alentejo	21 975	23 969	26 946	12,4	9,1
Município	Aljustrel	1 377	1 818	2 151	18,3	32,0

		2002	2011	2018	2011-2018	2002-2011
Município	Almodôvar	1 047	955	1 056	10,6	-8,8
Município	Alvito	397	342	242	-29,2	-13,9
Município	Barrancos	211	274	279	1,8	29,9
Município	Beja	8 225	8 416	9 222	9,6	2,3
Município	Castro Verde	1 928	2 974	3 363	13,1	54,3
Município	Cuba	461	457	544	19,0	-0,9
Município	Ferreira do Alentejo	1 366	1 398	2 200	57,4	2,3
Município	Mértola	823	1 068	1 050	-1,7	29,8
Município	Moura	2 093	2 402	2 383	-0,8	14,8
Município	Ourique	1 038	890	1 008	13,3	-14,3
Município	Serpa	2 093	2 092	2 548	21,8	0,0
Município	Vidigueira	916	883	900	1,9	-3,6
NUTS III	Lezíria do Tejo	59 823	58 484	63 367	8,3	-2,2
Município	Almeirim	4 437	4 622	5 098	10,3	4,2
Município	Alpiarça	1 486	1 165	1 565	34,3	-21,6
Município	Azambuja	7 578	6 758	10 176	50,6	-10,8
Município	Benavente	8 547	9 048	8 222	-9,1	5,9
Município	Cartaxo	5 259	4 213	3 990	-5,3	-19,9
Município	Chamusca	1 690	2 005	2 120	5,7	18,6
Município	Coruche	4 252	4 117	3 646	-11,4	-3,2
Município	Golegã	898	943	1 223	29,7	5,0
Município	Rio Maior	5 483	5 749	6 247	8,7	4,9
Município	Salvaterra de Magos	3 997	3 831	3 917	2,2	-4,2
Município	Santarém	16 196	16 033	17 163	7,0	-1,0
NUTS III	Alto Alentejo	24 985	21 228	22 056	3,9	-15,0
Município	Alter do Chão	548	430	504	17,2	-21,5
Município	Arronches	473	444	539	21,4	-6,1
Município	Avis	947	938	1 051	12,0	-1,0
Município	Campo Maior	2 019	2 107	2 815	33,6	4,4
Município	Castelo de Vide	690	593	612	3,2	-14,1
Município	Crato	531	567	538	-5,1	6,8
Município	Elvas	4 638	3 957	4 250	7,4	-14,7
Município	Fronteira	669	637	603	-5,3	-4,8
Município	Gavião	470	473	412	-12,9	0,6
Município	Marvão	464	449	400	-10,9	-3,2
Município	Monforte	556	493	640	29,8	-11,3
Município	Nisa	1 246	1 003	901	-10,2	-19,5
Município	Ponte de Sor	4 447	3 115	3 094	-0,7	-30,0
Município	Portalegre	6 143	4 958	4 838	-2,4	-19,3
Município	Sousel	1 144	1 064	859	-19,3	-7,0
NUTS III	Alentejo Central	42 357	37 622	40 741	8,3	-11,2
Município	Alandroal	869	740	924	24,9	-14,8
Município	Arraiolos	1 564	1 407	1 428	1,5	-10,0
Município	Borba	1 829	1 311	1 363	4,0	-28,3
Município	Estremoz	3 613	3 085	3 217	4,3	-14,6
Município	Évora	17 069	16 010	18 747	17,1	-6,2
Município	Montemor-o-Novo	4 136	3 879	3 650	-5,9	-6,2
Município	Mora	1 192	1 076	1 040	-3,3	-9,7

		2002	2011	2018	2011-2018	2002-2011
Município	Mourão	412	258	246	-4,7	-37,4
Município	Portel	1 020	806	855	6,1	-21,0
Município	Redondo	1 458	1 034	1 187	14,8	-29,1
Município	Reguengos de Monsaraz	2 572	2 036	2 335	14,7	-20,8
Município	Vendas Novas	2 983	3 133	2 901	-7,4	5,0
Município	Viana do Alentejo	986	841	854	1,5	-14,7
Município	Vila Viçosa	2 654	2 006	1 994	-0,6	-24,4
NUTS II	Algarve	120 286	124 428	154 417	24,1	3,4
NUTS III	Algarve	120 286	124 428	154 417	24,1	3,4
Município	Albufeira	16 216	18 156	23 220	27,9	12,0
Município	Alcoutim	262	358	404	12,8	36,6
Município	Aljezur	797	881	1 204	36,7	10,5
Município	Castro Marim	707	1 271	1 331	4,7	79,8
Município	Faro	21 196	21 002	23 985	14,2	-0,9
Município	Lagoa	7 080	6 259	8 628	37,8	-11,6
Município	Lagos	8 231	7 783	10 560	35,7	-5,4
Município	Loulé	22 809	24 479	32 462	32,6	7,3